



TRADUÇÃO – TEXTO CLÁSSICO

ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE FENOMENOLOGIA CONSTITUTIVA

ARON GURWITSCH (1957)

Apresentação da Tradução

Pedro Henrique Santos Decanini Marangoni ^{1*}

Hernani Pereira dos Santos**

O texto presentemente traduzido corresponde ao capítulo único da terceira seção do livro “O campo de consciência” (*The Field of Consciousness*), publicado em 1964 no original em inglês (Gurwitsch, 1964/2010). Mas, a obra foi publicada primeiramente na tradução para o francês, em 1957, com um título ligeiramente mais extenso: “Teoria do campo de consciência” (*Théorie du champ de la conscience*). Anos antes, em 1937, o autor havia escrito um artigo de título similar em francês (“*Quelques principes fondamentaux de la phénoménologie constitutive*”), que seria publicado na revista “*Recherches Philosophiques*”; porém, a revista foi suspensa antes de o artigo ter sido publicado. Uma versão desse artigo anterior encontra-se traduzida para o inglês e publicada em outro livro, organizado por Lester Embree (Gurwitsch, 1974). Embora haja paralelos significativos entre os dois textos, o seu conteúdo não é idêntico. O capítulo de “O campo de consciência” representa um avanço e um amadurecimento de ideias que já estariam presentes desde, pelo menos, a sua tese de doutorado defendida em 1928 e publicada em 1929, “Fenomenologia da temática e do eu puro” (*Phänomenologie der Thematik und des reinen Ich*) (Gurwitsch, 1929/2009), ainda que de forma germinal.

O trabalho de tradução que propusemos teve por base e apoio principal o texto da versão em inglês de “O campo de consciência”. Mas, ao mesmo tempo, para fins de clareza e refinamento conceitual e linguístico, optou-se pelo cotejamento com a versão francesa do mesmo livro. O texto foi traduzido na íntegra. Optamos por preservar o formato do texto original, com os seus indicadores e nomes de seção e com a manutenção das notas de rodapé do autor. As expressões de outros idiomas citadas ao longo do texto pelo autor foram mantidas e, quando necessário, foi acrescentada uma nota de rodapé explicativa, sempre iniciada por “NT” para indicar que se trata de uma “nota dos tradutores”. Notas dos tradutores também foram incluídas para expressões de difícil tradução ou cuja opção terminológica exigia um esclarecimento.

As notas de rodapé do autor, por sua vez, foram todas traduzidas e, para elas, não inserimos qualquer identificação adicional. Nelas, foram mantidas as expressões em latim do original para a remissão a trechos de obras citadas por Gurwitsch, para as quais vale um esclarecimento: “*loc. cit.*” indica uma obra já citada de um autor, com o nome citado; “*Id.*” (abreviação de *idem*) refere-se à repetição da obra citada em nota imediatamente anterior; e “*Ibid.*” (abreviação de *ibidem*) refere-se à repetição do local citado mais de uma vez em nota anterior. A única exceção diz respeito à tradução de “*f.*” (abreviação de *folio*) para o *s.* (abreviação para “seguinte”), para referir-se à página ou seção imediatamente seguinte do trabalho citado, e os seus respectivos plurais (“*ff.*” e “*ss.*”), que, por sua vez, indicam as páginas ou seções seguintes do trabalho citado, sem delimitação de fim. Ainda nas notas de rodapé, consta a remissão a *SPP*, cuja notação preservamos, e que se refere ao segundo volume das obras coligidas do próprio Gurwitsch, “*Studies in Phenomenology and Psychology*” (Estudos em Fenomenologia e Psicologia).

Obras de outros idiomas e não traduzidas para o português citadas no corpo do texto tiveram o seu título traduzido em português. Obras de outros idiomas citadas em nota de rodapé tiveram o seu formato original mantido. Para aquelas notas de rodapé que se referiam à própria obra de Gurwitsch, “O campo de consciência”, e que, por vezes, o autor indicava com expressões como “ver acima” ou “ver abaixo”, ou “adiante”, e afins, colocamos a referência da obra entre parênteses – Gurwitsch (2010) – para evitar confusões. Por fim, indicamos as páginas do texto original ao longo da tradução, para facilitar a conferência do texto-fonte por parte de acadêmicos e especialistas.

^{1*} Doutor em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Assis, com estágio sanduíche nos Arquivos Husserl de Paris, sob a orientação de Etienne Bimbenet. É membro do grupo internacional de pesquisa em fenomenologia ARP (Atelier de Recherche Phénomène). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2473-4514>

** Doutor em Psicologia pela UNESP/Assis. Professor Assistente na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: hernani.santos@puccpr.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5003-4143>



Apresentação do Texto

O capítulo intitulado “Alguns conceitos fundamentais de fenomenologia” representa um momento de transição no interior da dinâmica conceitual de “O campo de consciência”, obra magna de Gurwitsch, cuja versão traduzida ao francês foi publicada em 1957, antecedendo a publicação do original em inglês, que viria à luz apenas em 1964. Trata-se de um capítulo de passagem que cumpre a função de preparar certas temáticas fenomenológicas importantes para as discussões posteriores. De maneira clara e sistemática, Gurwitsch expõe, em linhas gerais, os conceitos fundamentais da fenomenologia transcendental, tais como as noções de redução fenomenológica e noema. Nos dois primeiros capítulos da obra, Gurwitsch desenvolve um debate detalhado com a psicologia em torno dos chamados “problemas de organização da consciência”, que concernem às investigações sobre a articulação e a estruturação das experiências conscientes. Além de interlocutores importantes tais como William James e Jean Piaget, o filósofo discorre longamente sobre a Psicologia da Gestalt. Embasado nos achados teóricos experimentais da Teoria da Forma, a tese principal desenvolvida pelo autor nos capítulos antecedentes é a de que as experiências conscientes possuem uma articulação ou organização que não lhes é imputada ou imposta por nenhum tipo de atividade superveniente. Para o autor, a consciência possui uma estrutura formal e invariável, articulada em três níveis específicos: o tema, o contexto temático e a margem. Eis a composição essencial do campo de consciência, que será desenvolvida ao longo de toda obra. Nas partes que antecedem este capítulo, o autor busca sustentar que a “organização é um traço autóctone da experiência”.

É neste contexto que, ao início deste terceiro capítulo, o autor sinaliza para uma suspensão momentânea dos problemas concernentes à “organização”, passando à elucidação do arcabouço propriamente fenomenológico. O primeiro passo na explicitação da abordagem fenomenológica da consciência é dado a partir do estabelecimento de diferenças iniciais entre a teoria fenomenológica e o enfoque psicológico. A psicologia é considerada como ciência própria da atitude natural, limitando-se a apreender a consciência como um reino mundano dentre outros, passível de ser estudada a partir dos métodos das ciências naturais. A fenomenologia, por sua vez, ocupa-se da função constitutiva ou transcendental da consciência, desvelada a partir da inibição da validade ontológica do mundo, visado na atitude natural como uma realidade existente em si e independente do sujeito. No embate entre fenomenologia e psicologia, Gurwitsch introduz uma significativa interpretação fenomenológica da crítica realizada pela Psicologia da Gestalt à chamada “hipótese de constância”. O que está em questão é reconhecer que o procedimento de revogação desta hipótese, que correlaciona diretamente os estímulos objetivos às sensações, permite a abertura ao campo da experiência direta e, portanto, desempenha o papel de uma “redução fenomenológica incipiente”, ainda não articulada aos problemas transcendentais caros à fenomenologia. O esclarecimento da redução fenomenológica, o procedimento de suspensão mencionado anteriormente, assim como a elucidação do objeto tal como visado na atitude fenomenológica, o noema, constituem momentos de especial significação para a compreensão do método fenomenológico. Com base neste horizonte conceitual, aventa-se ainda uma aproximação possível entre teoria de Husserl e à teoria psicológica de James. Ao final, o tratamento dos chamados “problemas de ideação” nos conduz à definição da fenomenologia como uma ciência eidética, preocupada em descrever o domínio das essências em oposição às investigações empíricas da psicologia. Todo este cenário é apresentado com uma clareza e rigor próprios de alguém que dedicou sua vida à fenomenologia. Neste sentido, podemos afirmar que a teoria de Gurwitsch é composta por um esforço duplo, formado pelo entrelaçamento da apresentação cuidadosa e detalhada da filosofia de Husserl, na constante retomada de seus conceitos fundamentais, com o propósito, sempre presente em sua obra, de fazer a fenomenologia avançar para além de seus limites e em profundo diálogo com os pressupostos básicos das ciências de sua época.

Referências

- Gurwitsch, A. (1957) *Theorie du champ de la conscience*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Gurwitsch, Aron (1974). Some Fundamental Principles of Constitutive Phenomenology. In Aron Gurwitsch & Lester Embree (Eds.), *Phenomenology and the Theory of Science* (pp. 190-209). Northwestern University Press.
- Gurwitsch, A. (2009). Phenomenology of Thematics and of the Pure Ego: Studies of the Relation Between Gestalt Theory and Phenomenology. In F. Kersten (Ed.), *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973): Studies in Phenomenology and Psychology*, Vol. 2 (pp. 193-317). Dordrecht: Springer. (Original work from 1929)
- Gurwitsch, A. (2010). The Field of Consciousness. In L. Embree, L., & R. Zaner (Eds.), *The Collected Works of Aron Gurwitsch (1901-1973): The Field of Consciousness: Theme, Thematic Field, and Margin*, Vol. 3 (pp. 1-412). Dordrecht: Springer (Obra original publicada em 1964)



ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE FENOMENOLOGIA CONSTITUTIVA

Aron Gurwitsch (1957)

§ I. As Abordagens Fenomenológica e Psicológica da Consciência.

Todas as discussões precedentes, que nos levaram a estabelecer a organização como um aspecto autócotone da experiência e a empregar alguns conceitos fundamentais da teoria da Gestalt, foram conduzidas em um enfoque psicológico. Até agora, não nos ocupamos de problemas filosóficos, em sentido próprio, ou com a fenomenologia. No entanto, é com vistas à teoria fenomenológica da consciência que nos engajamos em discussões psicológicas. O conceito de coerência gestáltica e outros conceitos relacionados serão utilizados na Parte IV, a fim de avançar a teoria fenomenológica da percepção. Na parte V, investigaremos outros tipos de organização além da coerência gestáltica; tais investigações também serão fenomenológicas, tanto em seu caráter como em seu escopo. Nós atingimos o ponto no qual nossas análises se movem da perspectiva psicológica para a fenomenológica.

Em razão desta transição, nós interromperemos a discussão sobre a organização e seus tipos. A explicação sobre alguns dos conceitos fundamentais da fenomenologia, tal como desenvolvida por Husserl, será apresentada. A Parte III ocupa, portanto, uma posição relativamente isolada dentro do contexto do presente livro. Nesta parte, iremos deixar o tópico de nossas análises de modo a preparar o terreno para a continuação posterior de nossa discussão principal.

Tal preparação se faz necessária devido às profundas e radicais diferenças entre a abordagem psicológica e fenomenológica da consciência. Parece adequado fazer algumas observações em relação a esta diferença.

Do ponto de vista psicológico, atos de consciência são considerados como eventos de natureza específica, ocorrendo no mesmo mundo real e no mesmo tempo objetivo assim como eventos de outros tipos, e.g., processos organísmicos (especialmente no sistema nervoso), e processos físicos de todos os tipos. Atos de consciência estão causalmente ou funcionalmente relacionados com os processos fisiológicos que, por sua vez, são provocados por certos processos físicos, isto é, por estimulações externas dos órgãos do sentido. É em relação a tais dependências funcionais que a consciência pode ser, e na verdade é, estudada pela psicologia. A psicologia é, portanto, uma ciência positiva. Como as outras ciências positivas, a psicologia elege uma dimensão bem circunscrita da realidade, como uma dimensão mundana entre outras e conectada com estas dimensões. É em completa conformidade com esta escolha que a psicologia, em sua exploração e explicação da consciência, continua e, parcialmente, se embasa nas ciências físicas e biológicas

O interesse da fenomenologia na consciência é de uma natureza inteiramente distinta de qualquer ciência positiva frente a seus objetos. A fenomenologia visa a clarificação e a justificação última do conhecimento, tanto teórico quanto científico em seu sentido próprio, e do conhecimento pré-teórico e pré-científico pelo qual nos orientamos em nossa vida no mundo da experiência cotidiana, a partir do qual os conhecimentos teóricos e científicos se desenvolvem. O conhecimento é alcançado, em cada nível, através de atos e operações da consciência. O conhecimento ocupa-se de objetos das mais variadas descrições: objetos pertencentes ao mundo perceptivo, às coisas inanimadas, animais, seres-humanos, tanto como com constructos da ciência, proposições, números, configurações geométricas, além de objetos artísticos, e instituições sociais e políticas¹. Quaisquer que sejam suas naturezas, os objetos aparecem à consciência por meio de atos específicos e agrupamentos sistemáticos de atos. Se – e este é o objetivo da fenomenologia – procuramos, finalmente, clarificar e dar conta dos objetos de todas as descrições e de seus estatutos ontológicos, de suas existências e do significado dessas existências, somos referidos aos respectivos atos pelos quais os objetos se apresentam em seu sentido e significação² na nossa vida consciente e nas atividades práticas, teóricas, artísticas, entre outras. O propósito e a orientação da fenomenologia proíbem proceder à maneira das ciências positivas. Uma vez que a clarificação e a justificação dos procedimentos da ciência positiva e de seus conceitos são duas tarefas da fenomenologia [p.153], seria obviamente um raciocínio circular se sua clarificação e justificação fossem buscadas nos termos dos próprios conceitos e procedimentos a serem classificados e justificados. Do ponto de vista fenomenológico, a consciência não pode ser considerada como um reino mundano entre outros. A qualquer domínio mundano a que um objeto pertença, ele necessariamente envolve, implica e, neste sentido, pressupõe a consciência, ou seja, os atos pelos quais o objeto em questão aparece e se mostra como aquilo que ele representa em nossa vida. A consciência revela-se, portanto, como o domínio ou meio universal de apresentação de todos objetos, um domínio para o qual cada reino mundano necessariamente se refere. Nisto consiste o privilégio e a prioridade da consciência para cada reino mundano. A natureza mundana de um reino pressupõe sua inserção como parte na totalidade da realidade. Neste sentido, a natureza mundana não deve ser atribuída à consciência.

¹ O termo “objeto” é aqui utilizado em seu sentido mais inclusivo a fim de denotar tudo que possa ser um tópico de discurso, de pensamento, ou de apreensão de qualquer tipo.

² [NT: Aqui, figuram as palavras “meaning” e “signification” as quais optamos por traduzir, respectivamente, por “significado” e “significação”.



Para desenvolver a concepção fenomenológica da consciência, métodos e conceitos específicos são requeridos. Sua explicação forma o assunto da presente parte. Malgrado a diferença entre a abordagem psicológica e fenomenológica da consciência, a tentativa de formular certos problemas psicológicos de uma forma radical motiva alguns conceitos fundamentais da fenomenologia. Isto será demonstrado em relação à refutação da hipótese de constância e à distinção de James entre objeto e tópico do pensamento. Em contrapartida, os resultados fenomenológicos preservam sua validade dentro do enfoque psicológico. Neste sentido, Husserl fala de uma reforma psicológica radical implicada na concepção fenomenológica de consciência³.

A abordagem fenomenológica da consciência estava, em certo sentido, preparada por Descartes nas duas primeiras de suas *Meditações em filosofia primeira*. A consciência não apenas resiste à dúvida universal que engloba objetos de toda descrição como também é o domínio referido e, neste sentido, pressuposto por todos objetos, especialmente as coisas materiais. Resumindo sua análise da percepção, Descartes escreve⁴: “O que devo dizer agora [p.154] da mente ela própria, isto é, de mim mesmo... O que devo dizer a respeito deste Eu que parece apreender este pedaço de cera, tão distintamente? Não me conheço muito mais verdadeiramente e certamente, e também, mais distintamente e evidentemente, do que conheço a cera? Pois se eu julgo que a cera é ou existe porque a vejo, evidentemente segue, com ainda maior evidência, que eu mesmo sou ou existo, a medida em que a vejo... se eu julgo que a cera existe porque eu a toco, conseqüentemente eu sou; e se eu julgo que a imaginação, ou outra causa qualquer que seja, persuade-me que a cera existe, seguir-se-á a mesma conclusão. E o que eu aqui disse a respeito do pedaço de cera pode ser dito com respeito a todas outras coisas externas a mim... se a apreensão da cera me pareceu mais determinada e distinta quando a visão e o tato, além de outras causas, tornaram-me manifesto o quanto mais evidentemente e distintamente devo eu agora conhecer-me, já que todas as razões que podem ajudar na apreensão da cera, ou de qualquer corpo que seja, fornecem ainda melhor evidência da natureza da minha mente”.

Portanto, Husserl caracteriza a fenomenologia como um tipo de “neocartesianismo” sem, no entanto, deixar de acrescentar a observação qualificadora, “ainda que obrigada – e precisamente por seu radical desenvolvimento dos motivos cartesianos – a rejeitar quase todos os bem-conhecidos conteúdos doutrinários da filosofia cartesiana.”⁵

De acordo com Husserl, Descartes falhou em apreender o significado completo de sua descoberta. Ao interpretar a consciência como substância pensante e identificando-a à mente ou ao espírito, Descartes concebe a consciência como um reino mundano dentre outros, apesar da posição privilegiada que ele confere à consciência como ponto de partida do qual, pelo raciocínio dedutivo, a existência e outros domínios devam ser inferidos⁶. De mesma natureza é a posição de Husserl relativa a outros grandes pensadores do passado, e.g., Hume e Kant, com os quais ele se considerou em conexão e continuidade histórica. Ao esposar suas intenções filosóficas últimas, Husserl viu-se compelido a divergir completamente não apenas de alguns princípios, como também do conteúdo doutrinário de quase todas [p.155] suas teorias. Esta divergência pareceu-lhe necessária a fim de realizar suas intenções filosóficas últimas.⁷

§II. A Raiz da Hipótese de Constância.

Para desenvolver a concepção fenomenológica da consciência, consideraremos o quadro conceitual dentro do qual a hipótese de constância emerge. Os conceitos a serem examinados tem uma significação maior e mais abrangente do que aquela meramente derivada de suas conexões com a hipótese de constância.

A cada momento da vida consciente, nos encontramos dentro do mundo perceptivo, entre coisas e objetos de grande diversidade: objetos naturais de valor ou objetos culturais, coisas inanimadas, assim como animais e companheiros humanos com quem mantemos várias relações. Todos estes objetos, coisas, e seres animados aparecem e são aceitos como existentes reais, pertencendo ao mundo *real*, que envolve todos existentes, incluindo nós mesmos. Ao viver na “atitude natural”, a atitude não somente da experiência cotidiana, mas também de qualquer atividade, com a única exceção da reflexão filosófica radical, nós simplesmente aceitamos o caráter existencial com o qual o mundo perceptivo e seus constituintes se apresentam⁸. Em todas as ocupações com existentes mundanos, em todo perceber, raciocinar, explorar, planejar, e agir, a crença existencial, que é a crença na existência disto com o que estamos concernidos está envolvida ou implicada. A crença existencial não é permanentemente declarada e formulada; o caráter existencial das coisas e dos seres encontrados [p.156] não é sempre discernido, tornado explícito ou posto. Uma tal explicitação e formulação

3 Husserl, “Nachwort zu meinen ‘Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie,’” II pp. 565 ss., *Jahrbuch für Philosophie und phänomenologische Forschung*, vol. 9, 1930; ver também as referências dadas na página 390, Nota 53.

4 Descartes, *Meditations on First Philosophy*, traduzido por Norman Kemp Smith (*Descartes, Philosophical Writings*, The Modern Library) pp. 190–191.

5 Husserl, *Cartesian Meditations*, traduzido por D. Cairns (The Hague, 1960), p. 1.

6 *Ibid.*, Seção 10.

7 No que concerne às filiações históricas da fenomenologia, ver Husserl: *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und Phänomenologischen Philosophie*, (Doravante referido como *Ideen*, §62): “Nachwort zu meinen ‘Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie,’” loc. cit., pp. 563 ss.; *Formale und transzendente Logik* (doravante referido como *Logik*), pp. 226 ss.: “*Die Krisis der Europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie*,” §16 ss., *Husserliana*, vol. 6, (Haag, 1954); ver também G. Berger, “Husserl et Hume,” *Revue Internationale de Philosophie*, vol. I, 1939.

8 Ver Husserl, *Ideen*, §27 ss., e Farber, loc. cit., pp. 522 ss., assim como “atitude natural”



através de juízos acerca da existência é, certamente, sempre possível. Como regra, no entanto, a crença existencial está envolvida em todas nossas atividades de uma forma implícita e inarticulada. Não é tanto uma premissa envolvendo conseqüências, mas, sim, uma tese geral, embora não formulada e não tematizada, que subjaz e suporta todas as atividades mentais, e sobre a qual procedemos em nossas relações com existentes mundanos⁹. A eventual tematização da crença existencial não é senão a formulação da tese geral, a qual, em sua própria tematização, aparece como já tendo sido implicada, previamente a seu desvelamento na atividade mental do momento e, portanto, como não tendo sido trazida à existência por sua explicitação.

Passando do conhecimento perceptivo e da experiência comum para a explicação científica, substituindo o universo como construído e elaborado na ciência física pelo mundo perceptivo familiar a nós na experiência cotidiana, não saímos da atitude natural. Os constructos da física, a elaboração de um universo cientificamente válido, estão sujeitos a teste decisivo de correspondência e concordância com a experiência perceptiva. A explicação e elaboração científica procedem sobre a base e orientação da experiência perceptiva. Consequentemente, a crença existencial que invade a experiência perceptiva se estende à interpretação científica do mundo e subjaz a elaboração do universo da física em uma aceitação implícita e irrefletida da existência do mundo perceptivo.¹⁰

Se a concessão à elaboração do universo da física é feita, a concepção, característica da atitude natural, de nós mesmos como existentes mundanos entre outros existentes mundanos interagindo uns com os outros, deve ser reformulada nos termos do organismo humano exposto à estimulação externa, a qual causa certos processos no organismo. Tais processos estão, por sua vez, correlacionados com a experiência dos [p.157] dados de sensação. Ambos os estímulos e os processos orgânicos devem, certamente, ser construídos em conformidade com as concepções e ideias prevaletentes na ciência física. Historicamente falando, a hipótese de constância pode ser considerada como a primeira tentativa de estabelecer uma relação simples entre a estimulação dos órgãos do sentido, de um lado, e tanto os processos fisiológicos emergentes como as sensações concomitantes, de outro. Ao enfatizar a hipótese de constância em razão de seu papel no desenvolvimento da psicologia moderna, deve-se ter em mente que a hipótese de constância é apenas a suposição especificadora da concepção geral, esboçada há pouco, da relação entre física e psicologia. Portanto, a hipótese de constância não é a única suposição especificadora possível desta forma geral.

A psicologia moderna se desenvolveu, não apenas conjuntamente, mas em continuidade com a física moderna¹¹. O que deve ser salientado não é, primariamente, a definição de conceitos psicológicos em analogia com conceitos da física¹². Mais importante é a referência à física na própria formulação dos problemas psicológicos, especialmente no que concerne à percepção. Para explicar a percepção, o psicólogo aceita e parte do universo concebido na física, o universo verdadeiro e cientificamente válido. Ele também considera o organismo humano como um sistema físico sob o qual agem os eventos físicos¹³. Independentemente de quaisquer teorias a serem avançadas, os próprios problemas a serem resolvidos pelas teorias são determinados pela concessão à ciência da física. Neste sentido, tanto as psicologias empirista e intelectualista têm sido dominadas pelo que Merleau-Ponty chama “*le préjugé du monde*”¹⁴ [o prejuízo do mundo]. A teoria da *Gestalt*, como veremos¹⁵, não [p.158] abandona esta orientação da psicologia com respeito à física, malgrado a revogação da hipótese de constância.

§ III. A Redução Fenomenológica.

Por meio da redução fenomenológica a crença existencial é “colocada fora de ação”, nenhum “uso é feito dela”, ela é “freada”, “suspensa”¹⁶. A existência do mundo não é negada ou duvidada; ela não é admitida como meramente provável ao invés de ser admitida como certa. Dúvida, negação etc., seriam modificações e não suspensões da crença existencial. Estritamente falando, a redução fenomenológica não concerne a crença existencial ela mesma ou o caráter existencial exibido pelo mundo perceptivo e pelas coisas percebidas. Ela concerne a atitude do fenomenólogo com respeito à crença existencial. Nesse sentido, a redução fenomenológica pode ser considerada como um dispositivo metodológico utilizado para alcançar um conhecimento filosófico radical e radicalmente justificado¹⁷. Qualquer coisa percebida disponível na atitude natural como existente real, continua a sê-lo sob a redução fenomenológica. O mesmo vale para a totalidade do mundo perceptivo, apresentando-se como mundo existente e real. Na atitude natural, a crença existencial é simplesmente aceita, implicitamente e irrefletidamente, como uma regra. A aceitação da crença é mantida sob a

9 Husserl, *Ideen*, pp. 52 ss.

10 Aqui, não poderemos senão mencionar a complicação que emerge da crença existencial secundária, viz. a crença na validade da elaboração científica e no universo construído da física, sendo acrescida, ou melhor, fundada sob a crença existencial primária no mundo perceptivo.

11 Ernst Cassirer, *Das Erkenntnisproblem in der Philosophie und Wissenschaft der neueren Zeit*, vol. 1 (Berlin, 1922), pp. 554 ss., considera Malebranche como o primeiro psicólogo genuíno na filosofia moderna.

12 Discutimos alguns exemplos que ilustram tal analogia em nosso artigo “La place de la psychologie dans l’ensemble des sciences”, *Revue de Synthèse*, vol. 8, 1934, pp. 170 ss.; *SPP*, Cap. II.

13 Cf. A formulação clássica de Helmholtz, *Handbuch der physiologischen Optik*, pp. 584 ss.

14 Merleau-Ponty, *Phénoménologie de la Perception*, Introdução.

15 Parte três, Seção IV.

16 Husserl, *Ideen*, §31 ss. and Abschnitt II, Chapter 4; Farber, loc. cit., pp. 526 ss.; ver também a apresentação muito clara de A. Schutz, “Some Leading Concepts of Phenomenology,” III, *Social Research*, vol. 12, 1945.

17 Cf. Farber, loc. cit., pp. 561 ss. Cf. infra, (Gurwitsch, 2010, pp. 217 ss.) para a diferença entre a posição de Farber e a nossa em relação à fenomenologia transcendental.



redução fenomenológica que, por essa razão, prova ser a *suspensão deste assentimento*¹⁸. Embora reduzida, isto é, não mais aceita como a base sob a qual proceder, a crença existencial ainda continua a ser vivida. Portanto, seria errôneo falar [p.159] de crença existencial como sendo ignorada, colocada de lado, suprimida, eliminada e assim por diante. Na verdade, o caráter existencial das coisas reais está tão longe de ser desconsiderado que, ao contrário, ele é explicitamente discernido e, junto com outras características exibidas pelas coisas reais, sujeito a uma reflexão e análise radicais. Ademais, a clarificação última da própria existência das coisas perceptivas e do mundo perceptivo, em geral, é um dos temas centrais da fenomenologia.¹⁹

Realizar a redução fenomenológica parece imperativo à clarificação filosófica radical. Se somos confrontados ao mundo real, ao qual pertencemos, é porque este mundo apresenta-se através de certos atos e sistemas concatenados de atos de consciência, especialmente da consciência perceptiva, como existindo em um sentido específico de existência. Isto também é verdade para o universo da ciência e para os domínios não perceptivos, tais como a lógica e a matemática, com respeito aos atos e sistemas de atos pelos quais estes domínios são concebidos e construídos. A fim de formular e avançar os problemas filosóficos fundamentais concernentes a estes domínios, incluindo o mundo perceptivo e o sentido específico de existência e a validade característica de cada um destes domínios, e para alcançar a clarificação e justificação finais dos conceitos e categorias fundamentais relacionados a vários domínios, devemos considerar os atos de consciência. Principalmente, aqueles atos através dos quais as entidades do domínio em questão aparecem no modo de apresentação original e autêntico. Assim, a tarefa preeminente da filosofia pode ser definida como a *consideração dos objetos de cada tipo e para cada sentido concebível de objetividade em termos de subjetividade*, isto é, de atos de consciência possuindo funções experienciais e presentacionais com relação a estes objetos.

A referência essencial dos objetos a atos de consciência motiva a redução fenomenológica. O primeiro passo consiste em explicitar esta referência e, assim, revelar a consciência como única e como reino unicamente privilegiado, anterior a todo domínio, incluindo o mundo perceptivo²⁰. Com base nesta revelação, o procedimento metodológico [p. 160] de frear ou suspender a crença existencial se mostra necessário a fim de evitar o círculo vicioso mais conspícuo no caso da percepção. Enquanto a redução fenomenológica não é realizada e a consciência continua a ser considerada como integrada e como parte do mundo real, isto é, considerada como um domínio mundano particular bem circunscrito, os atos de percepção são interpretados como causalmente dependentes das coisas perceptivas e dos eventos físicos, tanto dentro como fora do organismo do sujeito percipiente. Por outro lado, as coisas perceptivas, assim como os processos físicos, aparecem como aquilo que eles são através de atos de percepção e atos de elaboração científica e interpretação baseados em percepções. Em última análise, portanto, eles devem ser considerados em termos de atos de percepção. A percepção é, então, explicada como a referência a coisas objetivas e processos físicos, os quais, a seu turno, devem ser esclarecidos em termos de consciência perceptiva.

Pela redução fenomenológica, a integração da consciência no mundo real é rompida. A consciência não é mais vista como um domínio particular mundano entre outros domínios, nem os atos de consciência são considerados como eventos que ocorrem no mundo real, e logo, que dependem causalmente ou funcionalmente de outros eventos mundanos. Sob a redução fenomenológica, atos de consciência são considerados somente como experiências de objetos, através das quais os objetos aparecem, apresentam-se, e são apreendidos como aquilo que são. Se a *consciência* é um reino único de prioridade absoluta, é porque ela é o *meio de acesso a tudo que existe e é válido*. Certamente, o ponto de vista a partir do qual a fenomenologia considera a consciência não é o único possível. A psicologia, especialmente em sua fase explicativa não adota isto. Contudo, se o interesse filosófico prevalece, a consciência deve ser abordada sob a redução fenomenológica para clarificação última. Na própria possibilidade de adoção tanto do ponto de vista naturalista como fenomenológico revela-se a natureza ambígua da consciência. De um lado, seus atos dependem funcionalmente de fatos e eventos extraconscientes, sendo, nesse sentido, efeito destes últimos, e, por outro lado, estes atos têm uma função cognitiva e presentativa em relação a *todos* os fatos e eventos mundanos, incluindo aqueles dos quais eles dependem causalmente.

Sob a redução fenomenológica, como consequência da suspensão da crença existencial, o mundo real como uma totalidade, assim como os existentes particulares [p. 161] reais não são mais aceitos como simplesmente existindo, mas são tomados meramente como se apresentando e aparecendo como existentes. Nós enfatizamos que a crença existencial não é, de modo algum, eliminada ou anulada, embora sua aceitação seja retida. Se a crença existencial é preservada sob a redução fenomenológica, ela pode ser preservada apenas enquanto relativa à experiência, como crença vivida. Analogamente, o caráter existencial continua a ser considerado após receber, por assim dizer, um índice, a saber, o de ser visado²¹. Afixado a este índice, o caráter existencial tal como visado através de atos de consciência está sujeito à investigação fenomenológica. Uma vez que o caráter existencial concerne todos os atributos, propriedades e qualidades de qualquer existente

18 Husserl, *Cartesian Meditations*, p. 19 s. "Enquanto isso, o mundo vivido nesta vida apreendida reflexivamente continua a ser para mim (de uma certa maneira) 'experienciado' como antes, e com o mesmo conteúdo que ele possui em qualquer tempo particular. Ele continua a aparecer tal como antes; a única diferença é que Eu, enquanto reflito filosoficamente, não mais mantenho como efeito (não mais aceito) a crença natural na existência envolvida na experiência do mundo – embora tal crença ainda está aí e ainda é apreendida pelo meu olhar atento".

19 Apresentaremos uma consideração sobre esta clarificação na Parte IV, Cap. 1, Seção VIb.

20 Cf. Husserl, *Ideen*, §§47 ss. e 142; *Logik*, §§61, 94 s., e 104; *Cartesian Meditations*, §§7 s. e 40 s.

21 Cf. Husserl, *Ideen*, p. 142.



real, é para o existente enquanto totalidade que o índice de ser visado é afixado, pois o existente em questão é tomado como existente visado, e visado²² como aquilo que atualmente se apresenta através de um dado ato de experiência. A anexação deste índice serve ao propósito de tornar explícita a *condição essencial de qualquer objeto de ser um objeto para a consciência*, de apresentar-se através e de ser visado por atos de experiência. Neste sentido, e somente neste sentido, é que o *mundo percebido* e todos os *existentes mundanos* são transformados em, e, mais corretamente, *revelados como fenômenos*²³. A fenomenologia está completamente preocupada com os fenômenos neste sentido, não com as coisas e objetos *simples*, mas com coisas e objetos em seu aparecimento através de atos de consciência. Obviamente, as investigações fenomenológicas devem ser conduzidas em uma *orientação estritamente descritiva*, já que, depois da efetuação da redução fenomenológica, nós encontramos apenas coisas e objetos visados que, portanto, devem ser *considerados tal como* [p.162] *são visados*, isto é, *exatamente enquanto se apresentam na experiência atual ou potencial*²⁴. Nenhuma referência ao mundo perceptivo real, para não falar do universo cientificamente verdadeiro da física, deve poder intervir na análise fenomenológica. Através de uma dada percepção, a coisa se apresenta sob um certo aspecto, de um lado, como perto ou distante, etc. A fenomenologia da percepção deve começar com a coisa percebida, exatamente tal como ela se apresenta diante da mente do sujeito da experiência no modo de apresentação no qual ela aparece sob a percepção em questão, isto é, pelo *noema perceptivo*²⁵, para usar a terminologia de Husserl. No entanto, a fenomenologia não se limita a análises descritivas de percepções singulares. O propósito último da fenomenologia da percepção é de explicitar a coisa objetiva real em termos subjetivos, em termos de percepções e noemata perceptivos. Surgem, então, problemas concernentes à relação entre noema perceptivo e a coisa real a qual, por meio de diferentes percepções, aparece em modos variados de apresentação e é, ainda assim, vivida como uma e identicamente a mesma. Tais problemas são os *problemas da constituição transcendental das coisas reais*.²⁶

§IV. A Interpretação Fenomenológica da Refutação da Hipótese de Constância

A teoria da Gestalt foi conduzida em direção a uma orientação estritamente descritiva em razão da refutação da hipótese de constância. Em referência à discussão precedente, podemos interpretar a refutação da hipótese de constância como uma redução fenomenológica *incipiente*. Dizemos “incipiente” porque a refutação de uma suposição específica, proposta sob as bases da concepção geral da orientação da psicologia com respeito à física, discutida acima²⁷, não implica *ipso facto* o abandono desta concepção geral. De fato, a teoria da Gestalt não a abandonou. No primeiro capítulo [p.163] de sua *Psicologia da Gestalt*, Köhler refere-se ao mundo perceptivo no qual vivemos e agimos como a base a partir da qual cada ciência, tanto a física como a psicologia, devem começar já que nenhum outro ponto de partida existe. O mundo perceptivo compreende nosso corpo tal como o conhecemos pela experiência imediata da vida cotidiana. A começar pelo mundo perceptivo, nós elaboramos, pela via da construção e da inferência, o universo cientificamente verdadeiro e válido da física. No curso desta elaboração, os sistemas físicos progressivamente são substituídos pelas coisas perceptivas. Por conseguinte, um sistema físico especial, o organismo tal como concebido pela fisiologia é substituído pelo corpo tal como dado na experiência imediata²⁸. A tarefa da psicologia é, então, a de conceber os processos organizmicos de uma tal forma que o aparecimento da totalidade do mundo perceptivo, incluindo o corpo, será explicada como resultante destes processos²⁹. A formulação de Köhler pode servir bem como uma ilustração da orientação dos problemas psicológicos em relação à física. [p.164]

Malgrado o panorama naturalista no qual Köhler formula seu programa de psicologia, a teoria da Ges-

22 [NT: Na versão inglesa deste trecho, Gurwitsch emprega os termos “*meant*” e “*intended*” lado a lado e de forma simultânea, ao passo que, na versão francesa, aparece apenas o termo “*visé*”. Considerando que o termo “visado” e seus derivativos referem-se ao mesmo campo semântico de “significar” e “intencionar”, de acordo com o seu emprego por fenomenólogos, e que a diferença entre “*meant*” e “*intended*”, quando transposta para o português, pode gerar confusões quanto à acepção de “sentido” e de “significado” nas investigações fenomenológicas, optamos por empregar o termo “visado”, neste e em outros contextos, para designar a relação entre o ato e o objeto dentro do campo da redução fenomenológica, assim também ganhando em coerência com a tradução francesa.]

23 Husserl, *Cartesian Meditations*, pp. 19 ss. e 32 ss., “... o mundo inteiro, quando se está na atitude fenomenológica, não é aceito como atualidade, mas apenas enquanto fenômeno de atualidade”. Uma apresentação muito clara da redução fenomenológica do ponto de vista de sua função de desvelar o mundo enquanto fenômeno é dada por G. Berger, *Le Cogito dans la philosophie de Husserl*, Cap. 3. Berger escreve (p. 54), “O que se opera, na redução fenomenológica, é menos a passagem do objeto ao sujeito que a tomada de consciência do mundo enquanto objeto, enquanto fenômeno – *qua cogitatum* –... há uma categoria mais profunda que aquela de ser ou de não-ser, é aquela de objeto pensado” (Itálicos meus)

24 Cf. Husserl, *Cartesian Meditations*, p. 35 s.

25 O conceito de noema perceptivo será definido na Seção V desta parte.

26 Aqui, mencionamos os problemas da constituição apenas brevemente, porque iremos discuti-los com maior profundidade na Parte IV.

27 *Supra*, (Gurwitsch, 2010, pp. 156 s).

28 Köhler insiste enfaticamente sobre a distinção entre corpo e organismo; Cf. *Gestalt Psychology*, pp. 7 e 22, nota: “Se a cadeira é vista ‘diante de mim’, o ‘mim’ desta frase significa meu corpo como experiência, é claro, e não meu organismo como objeto do mundo físico”. Até onde vejo, a distinção em questão foi feita primeiramente por M. Scheler, *Die Wissensformen und die Gesellschaft*, (Leipzig, 1926), pp. 361 ss. A mencionada substituição, como Sartre aponta (*L’Être et le Néant*, pp. 365 ss.), depende do corpo sendo considerado, não tal como ele é vivido pelo sujeito vivente, encarnado e envolvido, mas, antes, tal como ele aparece para um observador espectador, desinteressado, e destacado. Merleau-Ponty estabeleceu, em *La Structure du Comportement*, (Paris, 1942), pp. 195 ss. e 256 ss., as dificuldades que envolvem a mera biologia explicativa e, em geral, a concepção do corpo como sistema físico. Contra esta concepção, ele insiste no “corpo fenomenal” (“*corps phénoménal*”) como o tema da ciência biológica; ver também *Phénoménologie de la Perception*, pp. 110 ss., 122 ss., e 403 s.

29 Köhler, loc. cit., p. 7, “A influência de... objetos físicos meu organismo responde com processos que estabelecem o mundo sensorial a minha volta. Outros processos no organismo causam a coisa sensorial que eu chamo meu corpo”, p. 22, nota: “Meu corpo é o resultado de certos processos no meu organismo físico... exatamente como a cadeira diante de mim é o produto final de outros processos no mesmo organismo físico”.



talt se presta a uma interpretação filosófica em termos fenomenológicos³⁰. A refutação da hipótese de constância implica, de fato, em uma orientação descritiva. Em virtude desta orientação, o que é dado na percepção é considerado como homogêneo, à medida que todos seus constituintes, aspectos e caracteres são reconhecidos como dados da experiência sensorial genuína. Se uma coisa aparece através de um ato de percepção, esta coisa é descrita e analisada exatamente tal como se apresenta por meio da própria percepção, sem referência alguma a uma realidade extraperceptiva. Considera-se o extraperceptivo, aqui, no sentido daquilo que é alheio [*extraneousness*] à percepção atual. A coisa considerada nesta orientação descritiva não é, conseqüentemente, a coisa tal como ela realmente é, mas a coisa tal como ela aparece e tal como é vivida por meio de um ato dado, e por meio deste ato apenas; a coisa tal como significada e intencionada neste modo privilegiado e especial de significação e de intenção que é a apresentação perceptiva. Em outras palavras, em suas análises descritivas, a teoria da Gestalt trata de noemas perceptivos, tal como define Husserl, ou seja, do fenômeno-coisa no sentido acima. As análises teórico-descritivas da Gestalt provam ser análises noemáticas que têm validade fenomenológica. Em razão da refutação da hipótese de constância poder ser considerada como uma redução fenomenológica, embora em uma forma meramente incipiente ou germinal, os conceitos descritivos e os resultados da teoria da Gestalt podem adquirir significação fenomenológica. Na análise de uma dada percepção, nós tratamos da coisa tal como ela aparece e se apresenta por meio desta percepção. Somos imediatamente confrontados com o problema da relação entre a coisa tal como aparece e a coisa tal como é. As análises descritivas e os resultados da Teoria da Gestalt conduzem, portanto, ao problema de se considerar as coisas reais em termos de coisas tal como vividas, como visadas, como dadas numa apresentação perceptiva atual, isto é, em termos de noemata perceptivo. Em outras palavras, nos encontramos diante [p.165] de problemas transcendentais da constituição, os mesmos problemas que, como mencionado anteriormente³¹, surgem para a fenomenologia.

Merleau-Ponty também assinala que uma orientação descritiva consistente em psicologia implica a “a atitude transcendental”³². Mesmo ao começar por objetos e eventos físicos tal como eles são em si mesmos e concebendo as coisas perceptivas como produtos causais finais, o psicólogo não pode evitar de considerar e admitir as coisas perceptivas e o mundo perceptivo inteiro tal como aparecem à consciência. Por conta de sua orientação descritiva, o psicólogo é também confrontado com o problema inverso acerca do próprio acesso ao mundo objetivo tal como ele é em si a partir do mundo tal como aparece na experiência perceptiva, o único mundo imediatamente familiar. “A psicologia é sempre levada ao problema da constituição do mundo... o campo fenomenal torna-se campo transcendental”. Merleau-Ponty formula corretamente o programa da fenomenologia transcendental tal como pode ser desenvolvida se uma reflexão psicológica é radicalmente conduzida. Porém, de acordo com ele, o problema transcendental concerne apenas à constituição do mundo objetivo nele mesmo, do “mundo verdadeiro e exato” (*monde vrai et exact*) a partir do mundo pré-científico e pré-objetivo tal como aparece na experiência perceptiva imediata, tanto como precedente, quanto como necessário para qualquer tematização e reflexão³³. Nenhuma questão transcendental é levantada por Merleau-Ponty quanto a constituição do mundo pré-objetivo. Ao contrário, ele a aceita em sua absoluta factualidade³⁴. Se Merleau-Ponty não desenvolveu uma fenomenologia da percepção no sentido transcendental completo, é porque o programa existencialista de suas investigações o previne de executar a redução fenomenológica de uma maneira radical³⁵.

Os problemas transcendentais de constituição não são levantados pela teoria da Gestalt. Se esses problemas não se inserem no escopo da teoria da Gestalt, é porque [p.166], como ciência natural, quer dizer, uma ciência desenvolvida na atitude natural, a psicologia aceita o mundo perceptivo real como familiar, a partir da experiência pré-científica cotidiana e também o universo da física, procedendo sob essa suposição. Para evitar mal-entendidos da interpretação fenomenológica da teoria da Gestalt aqui apresentada, enfatizamos que nossa interpretação não desafia, de nenhuma forma, a legitimidade da psicologia enquanto ciência natural ou as tendências explanatórias da teoria da Gestalt, ou, de modo geral, o quadro naturalista no qual os problemas explanatórios são formulados³⁶. Do ponto de vista da psicologia como ciência natural, pode-se levantar a questão relativa às condições – condições também de natureza fisiológica – dentro das quais um noema perceptivo particular se realiza ao invés de outro. Devemos, contudo, enfatizar que as questões deste tipo não se enquadram no âmbito da filosofia e que não podem ser legitimamente levantadas dentro do contexto da fenomenologia. É a natureza ambígua da consciência, anteriormente mencionada³⁷, que justifica a psicologia como uma ciência natural e explicativa. No entanto, a natureza ambígua da consciência requer a redução fenomenológica e nos lembra que abordagens sobre a consciência diferentes daquelas naturalistas e explicativas são possíveis. A abordagem naturalista e explicativa não conduz aos problemas centrais e

30 Cf. nosso artigo, “Phänomenologie der Thematik und des reinen Ich,” Cap. I, Anhang, loc. cit., no qual aventuramos a primeira interpretação fenomenológica da teoria da Gestalt; em SPP “Phenomenology of Thematics and of the Pure Ego: Studies of the Relation between Gestalt Theory and Phenomenology,” Cap. X, p. 193 ss.

31 Supra, (Gurwitsch, 2010, p. 162).

32 Merleau-Ponty, *Phénoménologie de la Perception*, pp. 72 ss.

33 Ibid., pp. 40 e 65.

34 Cf. *ibid.*, pp. XI ss.

35 Cf. *ibid.*, pp. V ss.

36 Cf. a visão contrária advogada por Merleau-Ponty, *La Structure du Comportement*, pp. 177 ss. e 256 ss.; *Phénoménologie de la Perception*, pp. 58 ss. e 112 ss.

37 Supra, (Gurwitsch, 2010, pp. 160 ss.).



fundamentais que impulsionam a psicologia, na medida em que ela trata da consciência, a estabelecer uma relação mais próxima e íntima com a filosofia do que qualquer outra ciência. Embora perfeitamente legítima, a fase explicativa da psicologia, especialmente a teoria da Gestalt, não interessa mais à fenomenologia do que qualquer outra ciência explicativa como, por exemplo, a física. A ciência explicativa, no sentido moderno, aparece como um grande problema do ponto de vista da fenomenologia. A clarificação e a justificação dos procedimentos explicativos, o desvelamento das bases e dos motivos últimos da ciência explicativa, a partir da qual ela deriva não apenas seu sentido e legitimidade, como também a definição da [p.167] delimitação desta legitimidade, são tópicos para investigações sérias³⁸. É, no entanto, exclusivamente enquanto problema e tema para análise que a ciência explicativa pode desempenhar um papel na fenomenologia. Os resultados de qualquer ciência explicativa, seja a física ou a psicologia, não devem poder intervir nas análises fenomenológicas tal como premissas aceitas sob as quais proceder. A situação é, com certeza, diferente no que concerne a fase descritiva da Teoria da Gestalt. Ao tentar integrar a Teoria da Gestalt na fenomenologia, nós consideramos apenas sua fase descritiva.

V. O Noema Perceptivo

§1. Ato de percepção; noema perceptivo, coisa percebida

Segundo Husserl, o noema perceptivo é a coisa material percebida tal como se apresenta em um ato dado de percepção, em uma maneira particular de apresentação que, como veremos³⁹, é necessariamente unilateral. O noema perceptivo denota a coisa material percebida de um certo ponto de vista, em uma determinada orientação com respeito ao sujeito percipiente, sob um certo aspecto etc. Devemos levar em conta o fato de que cada percepção atual, em razão de sua unilateralidade, refere-se a outras percepções. Mais corretamente, esta percepção implica referências a aspectos sob os quais a coisa pode aparecer posteriormente, mas sob os quais ela não aparece através da percepção presente. Veremos que essas referências contidas em cada percepção podem ser mais ou menos indeterminadas, no entanto, elas são ainda especificadas quanto ao estilo e o tipo⁴⁰. Na descrição do noema perceptivo particular, todas as qualidades, propriedades e atributos da coisa percebida que desempenham um papel na percepção particular devem ser inclusos, tanto se a propriedade em [p.168] questão for dada na experiência sensorial direta ou se for meramente referida. Por outro lado, nenhuma propriedade ou qualidade, embora realmente possuída pela coisa percebida, deve poder entrar na descrição do noema perceptivo, a não ser que ela realmente apareça na percepção particular sob consideração⁴¹. No segundo capítulo da parte IV, analisaremos de perto a estrutura interna do noema perceptivo e também discutiremos estes pontos em mais detalhes. Neste momento, nos limitamos a definir *o noema perceptivo como a coisa percebida exatamente e exclusivamente tal como aparece diante a consciência do sujeito vivido através de um ato particular de percepção*. Assim, surgem questões concernentes à posição do noema perceptivo.

O noema perceptivo deve ser distinguido do ato de percepção. Este último é um evento psicológico que ocorre em um certo momento do tempo fenomenal. Permanecendo em sua perspectiva e orientação com respeito à coisa percebida, o sujeito da experiência pode, alternadamente, fechar e abrir os seus olhos. Ele, então, vivencia uma sequência de percepções, todas diferentes entre si por se sucederem. Na presente discussão desconsideramos a temporalidade intrínseca, isto é, a duração fenomenal de cada percepção singular pertencente à mencionada sequência. Através de cada uma destas percepções individuais, não apenas a mesma coisa é dada, mas a coisa também aparece sob o mesmo modo de apresentação unilateral⁴². A multiplicidade dos atos perceptivos corresponde, portanto, a um noema perceptivo idêntico. Logo, este último desafia ser identificado a qualquer um dos múltiplos atos. Além disso, qualquer que seja a relação entre o ato de percepção e o noema perceptivo correspondente, o noema não deve ser confundido como uma parte, elemento ou momento, isto é, como um constituinte real do ato⁴³. Fosse o noema um constituinte real do ato de percepção, todas suas mudanças, aparições e desaparecimentos estariam envolvidas simultaneamente com o ato de percepção como [p.169] a totalidade da qual faz parte. Assim, haveria tantos noemata como há percepções de um certo tipo. Na realidade, a mesma coisa aparece no mesmo modo de apresentação através de cada uma das percepções em discussão. Todas estas percepções concordam da maneira mencionada. Aquilo com o qual a multiplicidade de percepções concorda não pode ser um constituinte real de nenhum membro da multiplicidade.

No entanto, o noema perceptivo não é idêntico à coisa real percebida. A coisa real pode possuir propriedades e atributos que não desempenham nenhum papel na apresentação unilateral da coisa em uma dada percepção. Afirmações concernentes à coisa percebida enquanto existente real podem ser verdadeiras, e falsas com respeito a um certo noema perceptivo. Isso acontece a despeito da relação entre noema e coisa, isto é,

38 Husserl, *Die Krisis der Europäischen Wissenschaften und die transzendentePhänomenologie*, §§9 ss., demonstrou os problemas filosóficos envolvidos na própria existência da física moderna (i.e., desde a época de Galileu) e mostrou que as ideias da física no sentido moderno motivaram a psicologia naturalista.

39 Parte IV, Cap. 1, Seção I s.

40 Parte IV, Cap. 2, Seção III.

41 Cf. Parte IV, Cap. 2, Seção II.

42 Cf. nosso artigo, "On the Intentionality of Consciousness", II, *Philosophical Essays in Memory of Edmund Husserl*, ed. por M. Farber, (Cambridge, Mass. 1940); em *SPP*, Cap.VII.

43 Cf. Husserl, *Ideen*, §§41, 88, e 97



entre a coisa percebida apresentando-se de maneira unilateral tal como ela atualmente aparece através de uma dada percepção e, por outro lado, a mesma coisa percebida tal como ela realmente é⁴⁴. Conforme discutiremos posteriormente⁴⁵, a coisa real percebida mostra-se de diferentes lados e sob diferentes aspectos por meio de uma multiplicidade de percepções que diferem uma da outra em relação aos noemata correspondentes. Através de todas essas percepções a coisa percebida se apresenta como identicamente a mesma. Embora os noemata correspondentes possam diferir consideravelmente uns dos outros, ainda assim, eles se referem a mesma coisa material percebida. Consequentemente, a coisa não pode ser identificada com nenhum noema perceptivo *singular*. Duas multiplicidades, observamos, devem ser distintas uma da outra⁴⁶. Primeiro, a multiplicidade de percepções através das quais a coisa idêntica aparece sob vários aspectos; estas percepções diferem uma da outra em razão de seu “conteúdo” perceptivo, seus noemata correspondentes. Para cada noema singular corresponde, por outro lado, uma multiplicidade indefinida de atos de percepção. Indubitavelmente, os atos desta última multiplicidade também se referem à coisa percebida como existente real, em virtude da relação entre o noema, que enquanto identicamente o mesmo corresponde a todos os múltiplos atos em questão, e a coisa percebida. [p.170]

§2. O noema perceptivo enquanto significado perceptivo

A partir da discussão precedente, nós concluímos que o noema perceptivo não pertence ao domínio das coisas e eventos objetivos, tampouco pertence aos atos de consciência, ao domínio psicológico. Ao apontarmos que, em virtude do noema correspondente, uma dada percepção não é apenas uma percepção de uma coisa, mas é, também, especificada como uma percepção determinada daquela coisa em questão, nós clarificamos, adicionalmente, o estatuto do noema perceptivo. A percepção em questão é uma percepção por meio da qual a coisa aparece desta e não de outra maneira de apresentação. Ao descrever o noema perceptivo como “o percebido como tal”, que deve ser tomado exatamente tal como se apresenta, Husserl define o noema perceptivo como sentido, significação, ou significado da percepção (*Wahrnehmungssinn*)⁴⁷. A percepção é um ato caracterizado essencialmente pela intencionalidade, isto é, ela possui uma função objetivante de tal forma que, quando o sujeito experiencia o ato, ele é confrontado com um objeto⁴⁸. Ele então se dirige para a coisa percebida, tem aquela coisa em vista, apreende-a ou, como podemos colocar, intenciona a coisa no modo especial e privilegiado da apreensão perceptiva e autopresentativa. Tendo-se em consideração a aparição de uma coisa perceptiva em uma forma específica e particular de apresentação, isto é, por meio do noema perceptivo, ou sentido ou significação perceptiva, o sujeito percipiente experiencia um ato específico e determinado de apreensão perceptiva. Sentido, significação ou significado não denotam características reais ou constituintes reais de um ato de percepção, mas, ao contrário, uma unidade ideal objetiva, similar ao caso dos significados de símbolos.

Quando nós atribuímos ao noema o estatuto de significado, nós fazemos uso deste termo em um sentido mais amplo do que aquele pelo qual é usualmente compreendido. Usualmente, o termo significado fica restrito aos significados de símbolos. O nosso uso do termo [p. 171] significado em um sentido mais amplo se justifica não apenas pela caracterização precedente, bastante sucinta, da percepção como ato intencional, mas, também, pelos argumentos que Husserl avança para estabelecer o significado (no sentido mais restrito e próprio do termo) como uma entidade ideal objetiva aplicando-os também aos *noemata* perceptivos. De fato, a nossa distinção entre o noema perceptivo e uma multiplicidade indefinida de atos perceptivos correspondente ao mesmo noema perceptivo segue, de perto, a confrontação de Husserl entre o significado de uma proposição e os múltiplos atos de pensar, ajuizar e formular, através dos quais o significado da proposição é apreendida⁴⁹. Os múltiplos atos podem ser experienciados pela mesma pessoa em diferentes momentos ou por várias pessoas tanto ao mesmo tempo quanto em diferentes momentos. Por meio de um ato específico de reflexão lógica que o sujeito tem a liberdade de efetuar a cada momento, a identidade e a objetividade do significado podem ser explicitadas e desembaraçadas. Deve-se sublinhar que a objetividade e a identidade de significados são desveladas, e não produzidas, pela reflexão lógica⁵⁰. Por outro lado, quando, a fim de distinguir entre noema perceptivo e coisa percebida, nós indicamos uma pluralidade de *noemata* perceptivos que se referem, todos, à mesma coisa (nomeadamente, às diferentes apresentações da coisa, quando ela é vista de diferentes perspectivas), nós novamente generalizamos o raciocínio husserliano. Husserl contrasta um objeto idêntico, e.g., Napoleão, com os seus diferentes significados como “o vitorioso de Jena” ou “o derrotado de

44 A respeito da mencionada relação Cf. Parte IV, Cap. 1, Seção VI.1.

45 Parte IV, Cap. 1, Seção I.

46 Cf. Husserl, *Ideen*, pp. 207 ss.

47 *Ibid.*, p. 182.

48 Entrar em uma discussão detalhada sobre o conceito de intencionalidade, que é de fundamental importância para a fenomenologia, levar-nos-ia muito além dos limites desta investigação. Nós fazemos referência a Husserl, *Log. Unt.*, vol. 2 V, Cap. 2 (Farber. loc. cit., Cap. 12B); *Ideen*, Abschnitt II, Cap. 2; Abschnitt III, Caps. 3 e 4; Abschnitt IV, Cap. 1; *Cartesian Meditations*, II; veja-se, também, nosso artigo “On the Intentionality of Consciousness,” loc. cit. e *SPP*, Cap. VII.

49 Husserl, *Log. Unt.*, vol. 2, 1, Seções 11 e 29 ss.; veja-se, também, Farber, loc. cit., pp. 228 e ss. e 240 e s. A distinção entre *sentidos enquanto unidades ideais e estados mentais* enquanto *eventos psicológicos reais* (atos), através dos quais os sentidos são apreendidos e atualizados, é um dos mais importantes e grandiosos feitos com o qual a filosofia moderna está em dívida para com Husserl. É esta distinção que subjaz o antipsicologismo de Husserl; Cf. *Log. Unt.*, vol. I, Cap. 3 e 7; Farber, loc. cit., Cap. 4, D, F, G; veja-se, também, Husserl, *Formale und transzendente Logik*, Part II, Cap. I.

50 Cf. Husserl, *Log. Unt.*, vol. 2, 1, pp. 44 e 103 s.; Cf. Farber loc. cit., pp. 242 ss.



Waterloo”, referindo-se, ambos, à mesma pessoa⁵¹. Outro exemplo pertinente é o exemplo fornecido por duas proposições “ $a > b$ ” e “ $b < a$ ” que, ainda que divirjam em seus significados, permanecem expressando o mesmo estado-de-coisas. [p. 172]

Ao analisar a estrutura essencial dos atos intencionais em geral, Husserl distingue “qualidade” e “matéria” do ato⁵². A qualidade é aquele fator do ato pelo qual o ato tem um caráter presentativo ou proposicional ou o caráter de uma questão, uma dúvida ou um desejo. A matéria, por outro lado, denota o componente do ato intencional que determina não apenas a referência objetiva do ato, isto é, a referência a este objeto particular, mas, também, a maneira pela qual este objeto é apreendido⁵³. A minha ideia da Groenlândia difere daquela do aventureiro ártico, ainda que o objeto seja o mesmo; os dois atos diferem quanto à matéria⁵⁴. O termo “noema” não aparece nas *Investigações Lógicas*. Nos primeiros trabalhos de Husserl, o autor se concentrou mais nos atos do que em seus correlatos intencionais. A orientação *noemática* não se tornou prevalente nos trabalhos do autor senão após *Ideias*. Contudo, a definição da matéria de um ato intencional prepara o terreno para o conceito posterior de noema⁵⁵. Ao aplicar o conceito de matéria também à percepção⁵⁶, Husserl, nas *Investigações Lógicas*, antecipa o conceito de noema. A partir da distinção entre noema perceptivo e coisa percebida, segue-se que o noema não é afetado por quaisquer mudanças na coisa. Uma coisa material, e.g., uma árvore, pode ser consumida pelo fogo, ou dissolvida em seus químicos. Nada disto pode acontecer com o noema perceptivo, isto é, com a árvore percebida como tal, a árvore tal como aparece daquela forma determinada de apresentação que corresponde a uma determinada percepção. O noema perceptivo, definido enquanto sentido ou significação de uma percepção, não possui as propriedades de uma coisa real. Ele não é composto de [p. 173] elementos químicos, ele não exerce qualquer força, tampouco é sujeito a ações de forças⁵⁷. Após a árvore ter sido destruída, ela não pode mais ser percebida e nenhum noema perceptivo referido a ela pode ser atualizado. Todavia, a árvore pode ser lembrada e imaginada em sua apresentação a partir de determinado lado, sob determinado aspecto, em resumo, tal como se apresentando desta maneira de apresentação que corresponde à apresentação anterior. Então, no que diz respeito ao noema perceptivo concreto e total, deve ser feita a distinção entre o caráter de perceptividade e um núcleo noemático central. Considerando que o caráter do ato determina o modo de doação enquanto apresentação por perspectiva, o núcleo, por sua vez, define o conteúdo material dado neste modo⁵⁸. Obviamente, esta distinção é uma tradução em termos noemáticos da distinção, presente nas *Investigações Lógicas*, entre matéria e qualidade de um ato intencional e a aplicação desta distinção traduzida à percepção. Na própria substituição do termo “caráter noemático”⁵⁹ por “qualidade”, aparece a orientação noemática de *Ideias* em comparação com o interesse noético, quer dizer, o interesse nos atos intencionais que predominam nas *Investigações Lógicas*.

Resumindo a discussão anterior, nós gostaríamos de enfatizar três pontos.

Com respeito a todo e qualquer ato intencional, logo também à percepção, deve ser feita a distinção entre a matéria, o núcleo noemático central, isto é, aquela que se apresenta através do ato em questão, tomado exatamente tal como ele se apresenta, por um lado, e, por outro, o modo no qual a matéria se apresenta.

O núcleo noemático central deve ser idêntico nos vários modos de apresentação, tal como, e.g., quando a existência de seres inteligentes no planeta Marte é suposta, e então negada, é meramente representada ou ainda colocada em dúvida, questionada etc.⁶⁰ Nós vimos que a mesma coisa que aparece na mesma maneira de apresentação pode ser percebida, bem como lembrada, imaginada ou meramente representada. Similarmente, um significado no sentido mais estrito e próprio, e.g., o significado de uma sentença, [p. 174] pode ser apreendida de uma forma vaga e indistinta. A apreensão pode, por outro lado, possuir o caráter de uma articulação explícita e de uma construção genuína ou reconstrução do significado por meio de uma atividade sintética.⁶¹ Quando um significado é inicialmente apreendido de uma forma. No caso de todos os atos intencionais, nós verificamos a invariância do núcleo noemático central – aquele que é intencionado, tomado exatamente tal como é intencionado – com respeito às variações dos caracteres noemáticos.

No que diz respeito ao noema perceptivo, a invariância implica a independência do núcleo noemático central quanto à existência da coisa percebida. Não é correto dizer que o noema enquanto significado da percepção correspondente sobrevive à eventual destruição da coisa percebida. Enquanto unidade ideal, idêntico e identificável, o núcleo noemático central de um noema perceptivo continua a não ser afetado pelas mudanças que ocorrem na coisa percebida e que, eventualmente, podem acarretar a sua aniquilação. Sem dúvida, neste caso, o núcleo noemático central cessará de assumir o caráter de perceptividade. Acontecimentos

51 Cf. Husserl, *Log. Unt.*, vol. 2, 1, Seção 12; Cf. Farber, loc. cit., pp. 229 ss.

52 Husserl, loc. cit., vol. 2, V, Seção 20 f. and VI, Seção 25; Cf. Farber, loc. cit., Cap. 12B, 9, e 10 e Cap. 13C, 10.

53 Husserl, loc. cit., vol. 2, 1, p. 415, “... die Materie (scl. muss) als dasjenige im Akte gelten, was ihm allererst die Beziehung auf ein Gegenständliches verleiht, und zwar diese Beziehung in so vollkommener Bestimmtheit, dass durch die Materie nicht nur das Gegenständliche überhaupt, welches der Akt meint, sondern auch die Weise, in welcher er es meint, felt bestimmt ist. Die Materie ist die im phänomenologischen Inhalt des Aktes liegende Eigenheit desselben, die es nicht nur bestimmt, dass der Akt die jeweilige Gegenständlichkeit auffasst, sondern auch als was er sie auffasst ...”

54 Ibid., vol. 2, 1, p. 418.

55 Cf. ibid., vol. 2, 1, p. 400, para a distinção entre “Gegenstand so wie er intendiert ist” e “Gegenstand, welcher intendiert ist.”

56 Ibid., vol. 2, 1, p. 420.

57 Husserl, *Ideen*, p. 184.

58 Ibid., §§91 e 130.

59 Ibid., pp. 209 e 213.

60 Husserl, *Log. Unt.*, vol. 2, 1, pp. 411 ss.

61 Husserl, *Formale und transzendente Logik*, §16 s.



e mudanças das coisas materiais ocorrem em um plano diferente daquele que pertence às significações e aos significados das percepções, apesar da referência dos significados perceptivos às coisas percebidas enquanto entes reais. Ao falarmos do núcleo noemático central enquanto identificável, nós temos em vista a possibilidade de que o núcleo assuma caracteres perceptivos, imaginativos, dentre outros. Por meio da reflexão sobre o noema como um todo, a identidade do núcleo em face das variações de caracteres é, também, explicitamente desvelada e verificada. Não apenas na percepção que a estrutura essencial de um ato intencional é independente da existência do objeto ao qual o ato se refere. Husserl⁶² citou esta independência dos atos intencionais em geral, incluindo a apreensão de significados em sentido mais estrito. [p. 175]

O noema perceptivo prova, assim, formar um par com os correlatos noemáticos de quaisquer atos intencionais. Ele é uma unidade ideal sem quaisquer determinações espaciais ou temporais; ele pertence ao domínio dos significados no sentido ampliado, um domínio dentro do qual os significados no sentido mais estrito ou próprio formam um domínio especial. Com base nesta interpretação do noema perceptivo, é possível explicar o fenômeno do preenchimento de um ato meramente doador de significado por uma percepção correspondente. O preenchimento ocorre quando um objeto intencionado em um modo meramente significante, e.g., por meio de um significado em sentido estrito, também aparece no modo da autoapresentação. Ele aparece através de um ato de percepção exatamente tal como aquilo que é intencionado através do ato doador de significado⁶³. Entre o objeto tal como visado no modo de significação e o objeto tal como percebido, ocorre a identificação. Mais precisamente, o núcleo central do noema perceptivo prova ser idêntico ao sentido do ato doador de sentido, enquanto os caracteres noemáticos, os modos de apresentação pertencentes a cada ato, diferem-se uns dos outros. Sem a diferença dos caracteres, o preenchimento de um ato por outro é impossível. Por outro lado, o fenômeno da identificação, o âmago do preenchimento, seria impossível se o noema perceptivo tivesse um estatuto essencialmente diferente daquele de significados no sentido mais estrito.

§3. O objeto enquanto fenômeno noemático

Em Ideias, onde Husserl estabeleceu e elaborou o conceito de noema, as suas investigações são ditadas pela redução fenomenológica. Tal como foi apontado anteriormente⁶⁴, na redução fenomenológica, em vez de aceitar-se simplesmente a crença existencial, tal como na atitude natural, ela é suspensa e colocada entre parênteses, não eliminada, suprimida ou invalidada. Assim, as coisas materiais que se apresentam através de atos de percepção enquanto entes reais na atitude natural continuam a se apresentar desta forma com a redução fenomenológica. Contudo, as coisas percebidas não são mais tomadas simplesmente como entes reais. Antes, [p. 176] elas são consideradas como apresentando-se a si mesmas ou sendo intencionadas (naquele modo particular e privilegiado de significado que é a autoapresentação dada na percepção) como entes reais, possuindo todas aquelas propriedades, atributos e qualidades que são efetivamente exibidos através do dado ato de percepção. No que diz respeito à atitude em direção àquilo que é fornecido pelos atos de consciência e não aos próprios atos, a redução fenomenológica, de forma alguma, priva a percepção de suas funções objetivante e presentativa. Tal como na atitude natural, também com a redução fenomenológica, continua correspondendo a um ato de percepção um noema perceptivo ou significado perceptivo, quer dizer, o “percebido como tal”, o objeto percebido tal como aparece de uma certa maneira de apresentação. No que diz respeito a isto, pouco importa se, tal como na atitude natural, a existência do objeto percebido é aceita ou se, tal como com a redução fenomenológica, a aceitação da crença existencial é suspensa.⁶⁵ Em virtude da redução fenomenológica, o noema se torna proeminente. Por conta da redução fenomenológica, a atenção do fenomenólogo não é mais absorvida pelas coisas enquanto entes reais. Inversamente, ele toma uma atitude reflexiva sobre os atos de percepção e a maneira de apresentação na qual o percebido aparece através de tais atos⁶⁶. Dado que o colocar entre parênteses se estende a todos os domínios da existência, o fenomenólogo não está interessado nos objetos tais como eles realmente são, mas tal como eles aparecem através dos atos de consciência e apresentam a si mesmos à mente do sujeito da experiência. Os objetos apresentam a si mesmos tal como eles realmente são através de atos de consciência e exibem a si mesmos através destes atos em maneiras diversas de apresentação. Desta forma, os objetos tais como eles realmente são devem ser tomados como objetos que apresentam a si mesmos e experienciados como objetos tais como eles realmente são. Os objetos considerados como entes reais passam por objetos significados, intencionados e experienciados como entes reais, isto é, objetos são considerados como fenômenos, no sentido em que discutimos anteriormente.⁶⁷ Em outras palavras, os objetos [p. 177] de todas as descrições, tanto reais quanto ideais, são representados nas análises fenomenológicas pelos noemata e pelas concatenações sistemáticas de noemata. Ao indicarmos a posição central e a importância fundamental do conceito de noema no interior do quadro da fenomenologia, nós nos referimos ao comentário profundo de Berger segundo o qual não é suficiente atribuir primazia aos problemas do significado e da sig-

62 Husserl, *Log. Unt.*, vol. 2, 1, pp. 54 ss. e 372 s.; vol. 2, III, Seção 12; Farber, loc. cit., pp. 231 ss., 324 s., e 341 s.

63 Cf. Husserl, loc. cit., vol. 2, I, Seção 14 e vol. 2, VI Cap. 1; Farber, loc. cit., p. 230 e Cap. 13A.

64 Supra, (Gurwitsch, 2010, pp. 158 ss.).

65 Husserl, *Ideen*, pp. 182 ss., 187 s., §97; *Cartesian Meditations*, pp. 32s.

66 Ibid., p. 180, “...anstatt in der Wahrnehmung lebend, dem Wahrgenommenen betrachtend und thematisierend zugewendet zu sein den Blick vielmehr auf das Wahrnehmen zu richten, bzw. auf die Eigenheiten der Gegebenheitsweise des Wahrgenommenen.” supra, (Gurwitsch, 2010, pp. 161s.).

67 Supra, (Gurwitsch, 2010, p. 161 s.).



nificação. A fenomenologia, tal como Berger notou com clareza, não reconhece quaisquer outros problemas filosóficos senão aqueles que dizem respeito ao significado e à significação. Todos os problemas filosóficos devem, conseqüentemente, ser formulados ou reformulados em termos de sentido e significado.

Ainda que o noema seja mais naturalmente desvelado pela redução fenomenológica e o conceito adquira a sua significação mais profunda no interior do cenário fenomenológico, a sua validade não depende da redução fenomenológica. Quando estudado na atitude natural, a regra para a ciência psicológica, a percepção também demonstra ser um ato essencialmente objetivante através do qual um objeto aparece em uma determinada maneira de apresentação. Quaisquer que sejam os resultados obtidos pela análise fenomenológica, eles envolvem as estruturas essenciais intrínsecas dos atos de consciência e se aplicam a tais atos, independentemente da atitude, seja ela natural ou fenomenológica, na qual os atos foram estudados.⁶⁸ Na medida em que o conceito de noema é empregado, tal como mencionado anteriormente, trata-se de uma elaboração e desenvolvimento dos resultados descritivos das Investigações Lógicas, um trabalho no qual Husserl manteve-se na atitude natural.

Ao discutir a percepção de coisas materiais, Husserl frequentemente usa o termo “aparência” (*Erscheinung*) e mesmo o termo “imagem” (*Bild*) ocasionalmente.⁶⁹ Ambos os termos são tomados por Husserl como sinônimos do termo noema perceptivo. De acordo com Husserl, não é como se, no lugar da [p. 178] própria coisa percebida, alguma entidade vicariante (aparência ou imagem) fosse dada, de tal forma que fosse necessário penetrar aquela entidade vicariante para alcançar a coisa nela mesma. Se a coisa vicariante é concebida como uma mera aparência, ela deve ser interpretada como signo de uma realidade escondida; se for interpretada como uma imagem, ela deve se referir ao “original”. Novamente, isto é considerado como uma realidade inacessível. Tais teorias “realistas” da percepção foram explicitamente criticadas e descartadas por Husserl.⁷⁰ Quando o termo aparência é tomado em acordo com Husserl, a diferença entre a aparência de uma coisa e a coisa nela mesma não é uma diferença entre o objeto da sensopercepção e uma realidade velada. Antes, a diferença se dá entre uma determinada maneira particular de apresentação da coisa e a totalidade de aspectos possíveis sob os quais a mesma coisa pode apresentar-se. Mostraremos adiante⁷¹ que a própria coisa demonstra ser o agrupamento sistemático abrangente de suas aparências. Logo, a diferença deve ser definida como aquela entre um membro de um sistema e o próprio sistema ao qual o membro pertence. Também seguirá de análises posteriores⁷² que, quando a coisa oferece a si mesma em uma certa maneira de apresentação, aparências adicionais da coisa estão implicadas na aparência presente. Antecipando resultados de análises posteriores, nós podemos definir a aparência de uma coisa como a coisa ela mesma tal como dada em uma maneira particular e unilateral de apresentação ou, colocando-o de outra forma, como a apresentação de um sistema de aparências da perspectiva de um de seus membros.

§VI. O Conceito de “Objeto” do Pensamento de James e o Conceito de Noema de Husserl

A fim de iniciar uma nova abordagem não apenas ao conceito de noema de Husserl, mas, também, à concepção fenomenológica geral de consciência, nós consideraremos o conceito de objeto do pensamento de James. Por [p. 179] objeto do pensamento, James indica aquilo que para o pensamento é “a totalidade de seu conteúdo ou afirmação, nem mais nem menos”⁷³. “O objeto de todo pensamento... não é mais nem menos do que tudo aquilo que o pensamento pensa, exatamente tal como o pensamento o pensa”⁷⁴. Expressando-o nos termos de Perry⁷⁵, pode-se dizer que o “tópico” de um pensamento é “aquilo de que o pensamento é ‘sobre’”, enquanto o “objeto” é “aquilo que se pensa sobre ele”. A distinção de James entre objeto e tópico do pensamento coincide, de forma substancial, com aquela que Husserl sustenta entre “objeto que é intencionado” e “objeto tal como é intencionado”⁷⁶. Nos escritos tardios de Husserl, este último conceito é denotado como noema. Em *Ideias*, Husserl distingue “*das Geurteilte*” e “*das Beurteilte*”⁷⁷. O “*Beurteilte*” corresponde ao que James chama de tópico. Quanto ao “*Geurteilte*”, Husserl escreve: “... a totalidade do Quê tal como julgado – e, ademais, tomado precisamente da forma (com a caracterização, na maneira de doação) na qual ele é ‘conscientemente intencionado’ no processo mental - forma o correlato noemático total, o ‘sentido’ (na mais ampla significação da palavra) do processo mental de julgamento”. O “noema do julgamento” (*Noema des Urteilens*), descrito por Husserl, é precisamente o que James indica por objeto do pensamento. Ao formular o conceito de “objeto subjetivo”, James, antes mesmo da fenomenologia e da teoria da Gestalt, inaugurou um ponto de vista psicológico autônomo e advogou por uma orientação estritamente descritiva na psicologia.⁷⁸ [p. 180]

68 Husserl, *Ideen*, p. 184. Quanto à importância da fenomenologia para a psicologia descritiva, compreendida como uma ciência na “atitude natural”, e a potencial reforma da psicologia, implicada na fenomenologia, Cf. Husserl, “Nachwort zu meinen Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie,” loc. cit., Seção 6.

69 Cf. e.g., Husserl, *Erfahrung und Urteil*, pp. 88 ss. Para o uso de Husserl para o termo “aparência” enquanto sinônimo do noema perceptivo, Cf. *Ideen*, §133.

70 Cf. Husserl, *Log. Unt.*, vol. 2, 1, pp. 421 ss., e *Ideen*, §§43, 52, e 90.

71 *Infra*, (Gurwitsch, 2010, 214 s., 220 ss., 226 s.).

72 Part IV, Cap. 2, Seções 1, 3, e 7b.

73 James, *The Principles of Psychology*, vol. 1, p. 275.

74 *Ibid.*, vol. 1, p. 276.

75 R. B. Perry, *The Thought and Character of William James*, vol. 1, p. 75.

76 Husserl, *Log. Unt.*, vol. 2, 1, pp. 400 s., Cf. Farber, loc. cit., p. 349.

77 Husserl, *Ideen*, p. 194; Cf. também *Formale und transzendente Logik*, §45 e *infra*, (Gurwitsch, 2010, pp. 305 ss.).

78 Tal como Dewey apontou em seu artigo, “The vanishing subject in the psychology of James” (*Journal of Philosophy*, vol. 37, 1940, pp. 591



O objeto do pensamento deve ser tomado tal como parece ser⁷⁹, exatamente tal como se coloca através de um dado ato de experiência ante à mente do sujeito da experiência. Ele deve ser considerado exclusivamente em seus próprios méritos e alicerces⁸⁰. Se o tópico consiste de partes, não se deve daí concluir, de acordo com James⁸¹, que o pensamento do tópico também consiste de partes, isto é, de ideias parciais, de tal forma que cada parte do tópico corresponde a uma ideia parcial. Concluir desta forma equivale a cometer “a ‘falácia psicologista’ por excelência”, isto é, impingindo à constituição do objeto do pensamento elementos estranhos ao objeto e considerando-o em termos de tais elementos.⁸² A rejeição de James da visão de acordo com a qual o objeto do pensamento deveria ser considerado como um tipo de réplica do tópico está mais intimamente conectada com o seu repúdio, supracitado⁸³, da “teoria dos elementos mentais”⁸⁴. Também está conectada com o seu argumento de que um estado mental jamais ocorre novamente de maneira idêntica, mesmo quando, tal como na sensopercepção, vários estados mentais são provocados pelos mesmos estímulos⁸⁵. No argumento de James, bem como em sua rejeição da teoria dos elementos mentais, Boring⁸⁶ enxerga uma antecipação da crítica posterior e da rejeição final da hipótese de constância pela teoria da Gestalt.

James introduz a distinção entre objeto e tópico do pensamento com referência aos julgamentos formulados em proposições. Contudo, é [p. 181] possível e mesmo indicado generalizar a distinção de James e estendê-la também para a percepção. Aqui, a distinção se dá entre o objeto de percepção e o noema perceptivo na terminologia de Husserl, por um lado, e o tópico de percepção, a coisa tal como ela realmente é, por outro.

Nos *Princípios de Psicologia*, James adota o “ponto de vista da ciência natural”⁸⁷. Conhecer estados mentais e coisas conhecidas ou a serem conhecidas são dois conjuntos de fatos irreduzíveis um ao outro e que se colocam “face a face em um mundo comum”⁸⁸. Entre estes dois conjuntos de realidades independentes existe um “completo dualismo” e uma “harmonia pré-estabelecida”, a última com respeito à função cognitiva de estados mentais. Esta função deve ser assumida como óbvia e considerada como uma “relação última”⁸⁹. O fato de que um número indefinido de estados mentais, todos uns diferentes dos outros, pode carregar e, de fato, carrega referência cognitiva à mesma realidade externa deve, também, ser assumido como óbvio⁹⁰. Isto é possível em razão do “princípio psicológico de identidade”⁹¹ ou, como James também o nomeia, o “princípio da constância nos significados mentais”⁹². Este princípio é “a própria quilha e a espinha dorsal”, “a mais importante de todas as características de nossa estrutura mental”. Contudo, este princípio não implica que, quando a mesma realidade externa é conhecida através de dois estados mentais, o estado subsequente não é senão uma cópia inalterada do anterior ou de ambos os estados mentais que contêm elementos idênticos. “A única identidade a ser encontrada entre ideias sucessivas é a sua similaridade de função cognitiva ou representativa que lidam com o mesmo objeto. Não há aqui identidade de ser”⁹³. Identidade da realidade externa não acarreta identidade de diferentes estados mentais que se referem a tal realidade. [p. 182]. A característica fundamental da vida consciente consiste em “o mesmo objeto... ser pensado em diferentes momentos em estados de consciência não-idênticos”⁹⁴. Quando o mesmo objeto é pensado de novo, ele é tomado de uma maneira nova e fresca, por

ss.), que há, nos *Principles of psychology* de James, ao lado do esforço descritivo e subjetivo, uma tendência em direção a uma “abordagem biológica e behaviorista dos fenômenos psicológicos”. Se completamente e consistentemente desenvolvida, a tendência em questão leva a uma psicologia não apenas sem “alma”, mas também sem consciência (Cf., também, E. G. Boring, *A History of Experimental Psychology*, p. 501). Longe de negar que esta tendência enfatizada por Dewey existe mesmo no período de juventude de James e que ele prevalece no desenvolvimento ulterior de James, nós, contudo, argumentamos que o esforço subjetivo e descritivo prova ser mais frutífero não apenas do ponto de vista da filosofia, mas, também, da própria psicologia. A propósito, gostaríamos de sublinhar que a questão sobre a consciência não deve ser confundida com aquela de uma “mente substancial”, “mente permanente” ou “sujeito substancial” (Dewey, loc. cit., p. 590), em resumo, o ego concebido como o portador, o possuidor, ou o sujeito da consciência. D. S. Miller, “A debt to James” (*In Commemoration of William James*. New York, 1942 p. 29) enfatizou esta distinção. Em todo o seu artigo (especialmente, pp. 25 ss.), Miller insiste na orientação descritiva e subjetiva de James na qual – com razão, pensamos – ele vê uma das mais significativas e importantes contribuições para as quais nós estamos em dívida com o autor dos *Principles of Psychology*.

79 [NT: No inglês, “at face value”. A ideia aqui sustentada é a de “valor de face” ou “prima facie”.]

80 James, loc. cit., vol. 1, p. 276. “Nosso dever psicológico é o de manter-se o mais fiel possível à constituição atual do pensamento que estamos estudando”.

81 Ibid., vol. 1, pp. 195 e 277 ss.

82 Ibid., vol. 1, pp. 196 e 278, “Nós possuímos o hábito inveterado de, sempre que tentamos descrever os nossos próprios pensamentos introspectivamente, abandonar o pensamento tal como ele é em si mesmo e falar de alguma outra coisa. Nós descrevemos as coisas que aparecem no pensamento e nós descrevemos outros pensamentos *sobre* essas coisas – como se estas descrições e o pensamento original fossem a mesma coisa”.

83 Cf. supra, (Gurwitsch, 2010, pp. 25 ss.).

84 [NT: No original, “Mind-Stuff Theory”. Este termo designa uma teoria que parece remeter ao nome do filósofo inglês William Kingdon Clifford, para quem a mente poderia ser concebida como composta de “elementos mentais” (*mind-stuff*). Cf. Britannica, The Editors of Encyclopaedia. “William Kingdon Clifford”. *Encyclopedia Britannica*, 30 Apr. 2021, <https://www.britannica.com/biography/William-Kingdon-Clifford>. Accessed 22 August 2021.]

85 James, loc. cit., vol. 1, pp. 231 ss.

86 Boring, loc. cit., p. 499.

87 James, loc. cit., vol. 1, pp. 183 ss.

88 Ibid., vol. 1, pp. 218 ss.

89 Ibid., vol. 1, p. 216.

90 Ibid., vol. 1, pp. 172 s.

91 James, “On some Omissions of Introspective Psychology”, loc. cit., p. 21, “... diferentes estados mentais podem contemplar, e sabem que eles intencionam contemplar, o mesmo tema objetivo, a mesma qualidade, coisa ou verdade”

92 James, *The Principles of Psychology*, vol. 1, pp. 459 ss. “O mesmo tópico pode ser pensado em porções sucessivas do fluxo mental e algumas destas porções podem saber que elas intencionam o mesmo tópico que outras porções intencionam”.

93 Ibid., vol. 1, pp. 174 ss.

94 Ibid., vol. 1, pp. 236 ss.



exemplo, com um “senso de familiaridade”⁹⁵ inarticulado e vago, com uma consciência concomitante mais ou menos explícita de que a coisa presentemente percebida é a mesma do que aquela de uma ocasião anterior.⁹⁶ O mesmo objeto pode aparecer de diferentes ângulos ou perspectivas, em diferentes relações, em um contexto diferente, e assim por diante.⁹⁷

De acordo com Perry⁹⁸, mesmo no período inicial de seu desenvolvimento, James considerava o “dualismo”, e a “harmonia pré-estabelecida”, entre estados mentais cognoscentes e coisas conhecidas como uma posição que, por razões metodológicas, podia ser adotada provisoriamente pelo bem da ciência psicológica, mas teria de ser sujeitada à investigação filosófica posterior. Para superar este dualismo, James posteriormente desenvolve a filosofia do “empirismo radical”.⁹⁹ Dos próprios termos deste dualismo, particularmente a oposição entre a realidade externa idêntica, o tópico idêntico e uma multiplicidade indefinida de diferentes estados mentais, consequentemente, também de diferentes objetos do pensamento, os problemas encontrados por James também surgem na fenomenologia. Em outro lugar,¹⁰⁰ nós mostramos que a distinção de James entre objeto e tópico do pensamento, quando interpretada fenomenologicamente e generalizada também para a percepção, motiva a tentativa de considerar o tópico idêntico em termos de objetos múltiplos ou, coincidindo com a terminologia de Husserl, de considerar o objeto idêntico em termos de múltiplos noemata. A orientação descritiva da psicologia demonstra, novamente, uma redução fenomenológica incipiente desde que, se conduzida de uma forma suficientemente radical e consistente, ela leve em direção aos problemas da fenomenologia [p. 183] constitutiva. O desenvolvimento de James, com efeito, seguiu linhas de pensamento inteiramente diferentes.

§VII. Problemas da Ideação

§1. Ciências eidéticas

A fenomenologia se interessa pela consciência como uma ciência eidética, e não empírica. Sentenças eidéticas são independentes de questões factuais de tal forma que não determina questões factuais, nenhuma experiência no sentido da apreensão posicionante da existência factual possui qualquer função validadora ou invalidadora com respeito às afirmações em questão¹⁰¹. As sentenças eidéticas não contêm nem implicam qualquer declaração que diga respeito a estados de coisas factuais ou à existência factual, mas referem-se, exclusivamente, a possibilidades e compossibilidades ideais.

A matemática sempre foi considerada como o exemplo paradigmático e o modelo da ciência eidética. Por exemplo, a geometria lida com o problema dos possíveis arranjos de elementos, construções e transformações “espaciais” com base em determinados axiomas. A questão de se algum ente real dado na experiência efetiva corresponde aos produtos do pensamento e da construção geométrica, contudo, não é inteiramente colocada em qualquer contexto geométrico. Quaisquer relações entre os elementos de uma “figura” estabelecidos pelo raciocínio geométrico são válidos quer esta figura seja ou não encontrada no mundo perceptivo.

Se as estruturas e relações eidéticas são independentes de estados de coisa factuais e da experiência efetiva, nenhuma independência de tal tipo existe entre o primeiro e o último termo. Nenhuma ocorrência efetiva é meramente um evento factual; ela é, também, uma ocorrência de um determinado conteúdo. Qualquer objeto encontrado na experiência efetiva apresenta-se como um objeto de uma descrição determinada, caracterizada por determinadas propriedades e atributos essenciais, por exemplo, como uma coisa material ou como um dado cromático ou tonal. Assim, todo ente real, todo objeto, toda ocorrência efetiva se refere a determinada “região” material que a abarca¹⁰². Toda região material de tal tipo é definida por um *eidós* [p. 184] regional, por exemplo, aquele do “dado tonal”. O *eidós* regional, por sua vez, é constituído por *suprema genera*, tal como no exemplo anterior: o tom, a intensidade e o timbre. Na própria natureza de um *eidós* regional, estão fundadas verdades fundamentais desta região. Quando colocadas como axiomas regionais, as verdades regionais fundamentais definem categorias regionais, quer dizer, categorias que pertencem essencialmente à região em discussão. Toda região material é caracterizada, de forma essencial, por uma estrutura que dá suporte a certas relações estruturais. A estrutura fundamental pode ser descrita por meio de axiomas regionais que contribuem para a derivação de consequências estruturais. O desenvolvimento sistemático e exaustivo de todas as verdades que valem para uma determinada região é o objetivo das ciências que Husserl chama de ontologias “materiais” ou “regionais”. Com respeito ao *eidós* “coisa material”, as “ontologias regionais” são, por exemplo, a geometria, considerada enquanto geometria do espaço, e não ainda enquanto a ideia formalizada de “multiplicidade euclidiana”¹⁰³ e os diferentes ramos da física matemática, tais como a cinemática e a dinâmica analítica.

95 Ibid., vol. 1, p. 252.

96 Ibid., vol. 1, pp. 486 ss.

97 Ibid., vol. 1, p. 233.

98 Perry, loc. cit., vol. 2, pp. 72 ss.

99 Cf. meu breve esboço sobre o “empirismo radical”, *supra*, (Gurwitsch, 2010 pp. 13 ss).

100 A. Gurwitsch, “On the Object of Thought,” *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 7, 1947; em *SPP*, Cap. VII.

101 Husserl, *Ideen*, §7.

102 Ibid., §§2 e 16. Aqui, nós deixamos fora de consideração a região “formal” ou “analítica”, i.e., aquilo que Husserl chama de “lógica apofântica” ou “ontologia formal”; quanto a esta região, ver *ibid.*, §10 e, especialmente, *Formale und transzendente Logik*, Abschnitt I, A; também *supra*, (Gurwitsch, 2010, pp. 142 ss.).

103 Quanto ao conceito de “multiplicidade euclidiana”, Cf. Husserl, *Formale und transzendente Logik*, Abschnitt I, Cap. 3.



As ontologias regionais são, obviamente, ciências eidéticas, dado que elas se ocupam exclusivamente com aquilo que se funda e deriva, direta ou indiretamente, de um *eidós* regional, mas não de questões materiais e da existência factual. Contudo, todas as estruturas eidéticas e todas as relações estruturais devem ser concretizadas em cada objeto que se inscreve na região correspondente, para que o objeto possivelmente venha a ser um objeto da região em questão. As ciências eidéticas são *a priori* não apenas em razão de sua supracitada independência de estados de coisa factuais, mas também porque elas expressam as condições necessárias para a possibilidades de objetos enquanto objetos de uma determinada região¹⁰⁴. As ciências ocupadas com questões factuais e com a existência factual, isto é, as ciências empíricas, não são, portanto, independentes das ciências eidéticas, mas, pelo contrário, referem-se às ontologias eidéticas e possuem fundações teóricas essenciais nelas, considerando a própria possibilidade de seus objetos.¹⁰⁵ [p. 185]

§2. A apreensão de *eidē* e as relações eidéticas por meio do método da “variação livre”

Dado que a experiência no sentido comum, entendida como apreensão de uma existência factual, como foi mencionado acima, não possui uma função de validação para a ciência eidética, um tipo diferente de “experiência” assume esta função. A experiência específica que desempenha o mesmo papel para a apreensão de *eidē* – papel este que a experiência no sentido usual, a saber, de experiência sensível, desempenha para certificar a existência factual e os estados de coisa factuais – é chamada por Husserl de “intuição de essências” (*Wesensschau*) ou ideação.¹⁰⁶ Quando, talvez de modo infeliz, Husserl fala de intuição de essência, ele apresenta a analogia e mesmo aprofunda a afinidade entre a intuição perceptiva e a eidética, apesar das diferenças óbvias entre elas, posto que ambas possuem a característica fundamental da autoapresentação primordial. Tanto através da intuição eidética quanto da intuição perceptiva, o objeto apreendido – em um caso, um existente individual perceptível e, em outro, um *eidós* – aparece no modo da presença corpórea e, assim, não é dado em modo meramente simbólico. O objeto é apreendido em si mesmo, posicionando-se em “carne e osso” ante a mente do sujeito da experiência, não sendo meramente intencionado e significado¹⁰⁷. Uma abordagem sistemática em termos da ideação, e, em correspondência, uma clarificação fenomenológica última do domínio das *eidē*, não é encontrada nos escritos de Husserl anteriores a seu trabalho póstumo *Experiência e Juízo (Erfahrung und Urteil)*. Em seu trabalho, Husserl empregou o método da variação livre, um método que ele aplicou em seus primeiros trabalhos a vários problemas específicos conectados com a ideação, mas cujos princípios gerais ele não estabeleceu previamente a *Experiência e Juízo*.¹⁰⁸ Agora, nós iremos fornecer uma apresentação condensada do método da variação livre [p. 186] em conexão com a ideação, restringindo-nos aos pontos mais importantes.

Começando-se por um objeto de qualquer descrição, isto é, um tipo definido de objeto que pertence a uma determinada classe, por exemplo, uma nota musical, nós variamos livre e arbitrariamente e modificamos tal objeto em nossa imaginação. Nós engendramos, então, uma multiplicidade de criações de nossa imaginação. Quer eles não sejam mais do que produtos de nossa fantasia ou correspondam à experiência concreta é irrelevante. Na realização do processo de imaginação livre, mostra-se que, na medida em que determinadas estruturas se mantêm invariantes, não importando quão completa e profunda a variação possa ser, os produtos resultantes de nossa imaginação ainda permanecem concebíveis como espécimes possíveis da classe do objeto escolhido como ponto de partida. Quando, contudo, estas estruturas são alteradas, o processo de variação livre não é mais capaz de fornecer espécimes possíveis para esta classe. Da mera tentativa e fracasso desta busca por forjar na imaginação um objeto da classe considerada que não exibe as estruturas em discussão, torna-se evidente a impossibilidade para tal objeto existir, de uma vez por todas ou, pelo menos, como um objeto desta classe em questão. Por meio do processo de variação livre, estas estruturas provam ser invariantes ao determinarem os limites dentro dos quais a imaginação livre deve operar para gerar exemplos possíveis da classe em discussão. Estas invariantes definem a essência ou *eidós* desta classe, quer seja um *eidós* regional ou subordinado. Elas especificam as condições necessárias às quais cada espécime da classe deve se conformar a fim de ser um espécime possível desta classe.¹⁰⁹

Através desta operação, o processo de variação livre leva de uma forma imaginária a outra. Considerando-se que as estruturas invariantes a serem desveladas devem definir as condições necessárias da possibilidade de uma determinada classe de objetos, o processo da variação livre não deve ficar confinado às variedades concretamente dadas na experiência sensível factual. Ela deve necessariamente [p. 187] ir além destas variedades e englobar todas as formas imaginadas enquanto espécimes possíveis para esta classe. Que o processo de variação livre comece com um existente real dado na experiência concreta, atual, tal como o fizemos com o

104 Cf. Husserl, *Erfahrung und Urteil*, §90.

105 Husserl, *Ideen*, §§8 s.

106 Husserl, *Log. Unt.*, vol. 2, II §§45 s. e 52; *Ideen*, §3; *Formale und transzendente Logik*, §58; ver, também, Farber, loc. cit., pp. 455 ss. e 462 s.

107 Quanto à “autoapresentação primordial”, um conceito da maior importância para a fenomenologia, Cf. Husserl, *Cartesian Meditations*, pp. 10 ss., e *Formale und transzendente Logik*, §§59 e ss.

108 Husserl, *Erfahrung und Urteil*, §§87 ss. Nós formulamos alguns problemas fenomenológicos sobre a ideação e o método da “variação livre” em nosso artigo “Gelb-Goldstein’s concept of ‘concrete’ and ‘categorical’ attitude and the phenomenology of ideation” III, *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 10, 1949 e *SPP*, Cap. III.

109 Husserl, *Erfahrung und Urteil*, p. 411, “Es zeigt sich . . . dass durch diese Mannigfaltigkeit von Nachgestaltungen eine Einheit hindurchgeht, dass bei solchen freien Variationen eines Urbilds, z.B. eines Dinges, in Notwendigkeit eine Invariante erhalten bleibt als die notwendige allgemeine Form, ohne die ein derartiges wie dieses Ding, als Exempel seiner Art, überhaupt undenkbar wäre.”



propósito de simplicidade de apresentação, pouco importa. Qualquer criação de nossa fantasia pode, também, servir como ponto de partida.¹¹⁰ Mesmo quando o processo de livre imaginação começa com um objeto real, a existência factual do objeto é irrelevante para o papel que ele desempenha no processo. É apenas no que diz respeito a seus conteúdos materiais e qualitativos - à sua “quididade” - que o objeto é levado em consideração. A ocorrência concreta deste conteúdo qualitativo é desprovida de qualquer importância. Ainda que seja real, o objeto não conta mais nem é considerado em outro sentido diferente de qualquer forma imaginária. O que é importante é a mera possibilidade de um objeto de tal conteúdo material e qualitativo. Em outras palavras, se o processo de variação livre começa com um existente real, ele deve ser considerado apenas em relação à sua capacidade de ser imaginado, não quanto à sua atualidade. Ele deve ser tomado como um exemplo ou exemplar, como uma mera possibilidade incidentalmente atualizada.

O fato de que tal exemplo possível ocorra é importante para a ideação e, desta forma, não deve ser desconsiderado.¹¹¹ Nisto, figura a suma importância da imaginação para a ideação.¹¹² Pela mesma razão, a mencionada relação entre os domínios eidético e empírico pode ser clarificada em última análise. Posto que o processo de livre variação seja operado inteiramente na imaginação e as invariantes necessárias não se refiram ao real, mas meramente ao possível, isto é, espécimes possivelmente imagináveis e concebíveis, nenhuma verificação de quaisquer questões factuais, em geral nenhuma verdade empírica, pode contribuir para a validação do conhecimento eidético. Se o conhecimento eidético é independente de qualquer verificação da existência factual porque ele não lida com questões factuais, consequentemente [p. 188] e reciprocamente, nenhuma asserção sobre acontecimentos atuais de questões factuais pode derivar-se das verdades eidéticas.¹¹³

Por outro lado, todo existente real de qualquer descrição também é possível e imaginável e pode, portanto, ser considerado como um espécime possível de uma determinada classe ou região. Em virtude da própria natureza do processo de variação livre, deriva, para todo existente real, a possibilidade (ao menos em princípio) de que uma variedade correspondente do mesmo conteúdo material e qualitativo seja imaginada como possível durante a operação do processo. Quaisquer condições de possibilidade de uma determinada classe ou região de objetos estabelecida por meio da variação livre são válidas também para todo existente real que pertence à classe considerada, na medida em que a atualidade do existente implica a sua possibilidade¹¹⁴. Resumindo, podemos dizer que nenhuma ontologia regional garante qualquer conclusão quanto à existência atual de objetos que pertencem à região em questão. Se, contudo, existem objetos que se inscrevem em uma determinada região ou classe, tais objetos devem, por necessidade, conformar-se com as condições de sua própria possibilidade, tal como se encontra estabelecida pela ontologia regional correspondente.

Nas *Investigações Lógicas*, Husserl utiliza o método da variação livre para explicar a previamente discutida¹¹⁵ relação de fundação mútua entre cor e extensão. Em razão de uma lei ideal *a priori*, nenhum fator de cor pode existir exceto em conexão com um fator de extensão, e vice-versa. Assim, cor e extensão provam ser mutuamente dependentes. Dependência e independência são definidas por Husserl com referência à variabilidade¹¹⁶. Que um determinado conteúdo, e.g., a cabeça de um cavalo aparecendo no interior de um determinado contexto é ainda independente, e separável, de seu contexto, isso não significa que este conteúdo possa efetivamente ser [p. 189] separado de qualquer contexto e ser representado por si mesmo em completo isolamento, como se o todo da consciência fosse, ainda que somente por um momento, reduzido a tal conteúdo particular. O que se busca dizer, em vez disso, é que o conteúdo em questão permanece inalterado enquanto conteúdos concomitantes passam por quaisquer variações inteiramente livres e arbitrárias. Um conteúdo independente não impõe quaisquer limitações sobre as variações daqueles conteúdos dos quais ele é independente. Neste sentido, um conteúdo independente, ainda que não tenha sido atualmente separado de seu contexto, pode ser imaginado como separado.¹¹⁷ Contudo, no que diz respeito à cor e à extensão, *não* há qualquer *livre variação* de um fator que predomina enquanto outros permanecem inalterados. A cor e a extensão variam uma em acordo com a outra¹¹⁸. Se nós imaginarmos que a superfície colorida encolhe até que, finalmente, ela desaparece, a cor não pode mais ser imaginada. As “possibilidades” e “impossibilidades” que surgem no curso do processo de variação livre não são de natureza subjetiva. Elas não se originam das limitações ou de outras contingências das capacidades mentais humanas, mas, antes, referem-se a leis eidéticas *a priori* fundadas na própria natureza

110 Husserl, *Ideen*. pp. 12 ss. “. . . (wir) können, einWesen selbst und *originär* zu erfassen, von entsprechenden erfahrenden Anschauungen ausgehen, *ebensowohl aber auch von nicht-erfahrenden, nicht-daseinserfassenden, vielmehr 'bloss einbildenden' Anschauungen.*” Cf. também *Cartesian Meditations* [Meditações Cartesianas], pp. 70 s.

111 Cf. meu artigo “Gelb-Goldstein’s concept of ‘concrete’ and ‘categorial’ attitude and the phenomenology of ideation,” loc. cit., pp. 194 ss. e *SPP*, Cap. III.

112 Cf. Husserl, *Ideen*, §70.

113 *Ibid.*, §4.

114 Husserl, *Erfahrung und Urteil*, p. 426. “Was im phantasiemässigen Belieben... sich ineinander variieren lässt, trägt eine notwendige Struktur in sich, ein *Eidos*, und damit *Gesetze der Notwendigkeit*, die bestimmen, was einem Gegenstand notwendig zukommen muss, wenn er ein Gegenstand dieser Art sein können Diese Notwendigkeit gilt dann mit für alles Faktische.”

115 *Supra*, (Gurwitsch, 2010, pp. 79 ss.).

116 Husserl, *Log. Unt.*, vol. 2, III, §5; Cf. Farber, loc. cit., pp. 287 ss.

117 Husserl, *Log. Unt.*, vol. 2, 1, pp. 235 ss, “Die Lostrennbarkeit besagt nichts anderes, als dass wir diesen Inhalt in der Vorstellung identisch festhalten können bei schrankenloser (willkürlicher, durch kein im *Wesen* des Inhalts gründendes Gesetz verwehrt) Variation der mitverbundenen und überhaupt mitgegebenen Inhalte; und dasselbe besagt, dass er durch Aufhebung jedes beliebigen Bestandes mitgegebener Inhalte unberührt bliebe.”

118 Cf. Stumpf, *Über den Psychologischen Ursprung der Raumvorstellung*, pp. 112 ss., e Husserl, loc. cit., vol. 2, III, §4; ver, também, Farber, loc. cit., pp. 285 ss.



dos conteúdos em questão.¹¹⁹ Através da apreensão de tais possibilidades e impossibilidades, as leis eidéticas *a priori* se tornam evidentes. O que vale para a cor e a extensão também é igualmente verdadeiro para o tom e a intensidade de notas musicais. Finalmente, apontamos o papel da variação livre na teoria de Husserl sobre as “formas de significado”¹²⁰. Começando-se com uma proposição como “esta árvore é verde”, obtemos, por meio da formalização, a forma proposição “este S é p”. A substituição de termos materiais por S e p dão espaço para uma infinidade de proposições possíveis tais como “este ouro é verde”, “este [p. 190] número algébrico é musical”, “este corvo azul é branco” etc. Tais proposições podem ser falsas, contraditórias, ou absurdas. Na medida em que os termos materiais substituídos se inscrevem em determinadas categorias de significado, resultam as proposições possíveis neste sentido. Quando, contudo, as categorias de significado não são mais respeitadas, são produzidas meras sequências de palavras como “o frívolo é verde”, “o mais intenso é redondo”, “esta casa é igual”. Cada uma das palavras em tal sequência possui um significado, mas a sequência em si mesma, e como um todo, isto é, as palavras em sua conexão atual, não veiculam qualquer significado unificado. Enquanto as contradições e os absurdos podem resultar do primeiro caso, questões quanto à verdade e falsidade, consistência e contradição, compatibilidade e absurdidade, podem não surgir, no geral, com respeito às últimas sequências de palavras que, dado não constituírem proposições possíveis, são meramente sem-sentido¹²¹. Quanto à liberdade de substituição de quaisquer termos materiais por S e p na forma proposicional “S é p” ou, o que dá no mesmo, quanto à liberdade de transformar a proposição inicial “esta árvore é verde”, a condição limitante de que os termos materiais devem se inscrever em categorias definidas de sentido se impõe, se as proposições possíveis resultarem desta operação. Como nos exemplos anteriores, as possibilidades e impossibilidades aqui discutidas, não expressam contingências das capacidades mentais humanas, mas se referem a leis *a priori* válidas para o domínio de significados. As leis definem as condições de possibilidade de proposições enquanto tais, a despeito de noções como verdade, falsidade, consistência, compatibilidade ou absurdidade. Elas definem formas pelas quais os elementos de significado (ou palavras com sentido) podem ser combinadas para formar proposições possíveis, isto é, complexos de significados que são significados unificados neles mesmos.¹²²

A partir dos poucos exemplos citados acima, vemos que as ciências matemáticas não são as únicas ciências eidéticas, ainda que sejam as mais desenvolvidas. Com respeito a um objeto de qualquer descrição (objeto compreendido no sentido mais amplo possível, que também inclui entidades ideais), a questão pode ser levantada [p. 191] quanto à sua própria possibilidade como um objeto de uma determinada classe ou região.¹²³ A questão também pode se referir aos atos de consciência. Um dos feitos mais importantes e mais pretensiosos das *Ideias* de Husserl é, conforme eu vejo, a concepção da ideia de um *a priori* da consciência¹²⁴ e a realização desta ideia através da elaboração progressiva de uma ciência eidética da consciência. Invariantes da consciência teriam uma importância universal. Elas definiriam as condições da possibilidade dos atos de consciência como tais e em geral.¹²⁵ Haveria, ainda, invariantes de uma natureza especial relacionada a atos de consciência específicos, tais como, por exemplo, a percepção. Na medida em que as condições necessárias para a possibilidade da consciência também provam ser condições necessárias dos objetos apreendidos e constituídos por atos de consciência, então, também são condições necessárias da possibilidade de um universo de objetos, um “mundo”. Logo, as invariantes (tanto universais quanto especiais) da consciência enquadram-se no conceito de transcendental no sentido de Kant.¹²⁶

119 Husserl, loc. cit., vol. 2, III, §7; Farber, loc. cit., pp. 289 ss.

120 Husserl, loc. cit., vol. 2, IV, §10; Cf. Farber, loc. cit., Cap. 11, H.

121 Veja-se Husserl, loc. cit., vol. 2, IV, §12, para a diferença entre sem-sentido e absurdidade; Cf. Farber, loc. cit., Chapter 11, J.

122 Husserl, loc. cit., vol. 2, IV, §§13 s.; *Formale und transzendente Logik*, §§13; Cf. Farber, loc. cit., Cap. 11, K e ss.

123 Husserl, *Erfahrung und Urteil*, pp. 427 e ss. “*Wirklichkeiten nach den Gesetzen ihrer reinen Möglichkeiten beurteilen*, oder sie nach ‘Wesensgesetzen’, nach apriorischen Gesetzen beurteilen, ist eine universale, auf jederlei Wirklichkeit zu beziehende und durchaus notwendige Aufgabe.”

124 Veja-se Husserl, *Ideen*, §§34 e 63.

125 Em meu artigo, “On the Intentionality of Consciousness”, nas seções III e IV, loc. cit., eu destaco como invariantes universais da consciência a temporalidade dos atos de consciência e a correspondência entre os atos, considerados como eventos temporais, e os noemata. Com base nesta ideia, defendo uma concepção correlacional da consciência. *SPP*, Cap. VII, Seção III e IV.

126 Kant, *Kritik der reinen Vernunft* (2ª ed.), p. 25. “Ich nenne alle Erkenntnis *transzendental*, die sich nicht sowohl mit Gegenständen, sondern mit unserer Erkenntnisart von Gegenständen, sofern diese a priori möglich sein soll, überhaupt beschäftigt”; Cf. p. 197, “... die Bedingungen der *Möglichkeit der Erfahrung* überhaupt sind zugleich Bedingungen der *Möglichkeit der Gegenstände der Erfahrung*.”